

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 022

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANNIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Valdir Rossoni
Líder da Oposição Orlando Pessuti
PTB Ademar Traiano
PFL Plauto Miró Guimarães
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Edgar Bueno
PSDB Sérgio Spada
PL Pastor Edson Praczyk
PSL Edno Guimarães
PST Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE MARÇO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Élio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Moysés Leônidas e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 009/2001

Curitiba, 19 de março de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legisla-

tiva, o incluso anteprojeto de lei objetivando, alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 9.998, de 25 de junho de 1992, que estabelece percentual de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina comercializada no Estado do Paraná.

A referida Lei nº 9.998/92 fixa em 22% (vinte e dois por cento) o percentual de adição de álcool à gasolina e a proposta ora formalizada é no sentido de elevar dito percentual para 24% (vinte e quatro por cento).

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, não só pelos grandes benefícios que proporcionará reduzindo sensivelmente os níveis de poluição do ar, como, também, porque virá ensejar condições favoráveis para comercialização dos existentes estoques de álcool e boas perspectivas para a nova safra que se aproxima, será de expressivo significado para a economia paranaense, com relevantes vantagens à sociedade, pela oportunidade de mais oferta de mão-de-obra e melhoria nos índices da receita pública do Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 1º, da Lei nº 9.998, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - A gasolina comercializada em todo território do Paraná conterà obrigatoriamente um percentual de 24% (vinte e quatro por cento) de álcool etílico anidro combustível.

§ 1º - A adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina será processada nas distribuidoras autorizadas.

§ 2º O Poder Executivo poderá reduzir para até 20% (vinte por cento) o percentual de que trata este artigo”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 12/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social, relativa a Avaliação Social do Benefício de Prestação Continuada. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/113/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei nº:

005/2001: do Poder Executivo que, dispõe sobre a destinação da Quota Estadual do Salário Educação de que trata o artigo 15, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e sobre redistribuição de 50% da mesma ao Estado e Municípios, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.116. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob os nºs CTL/SEEG/114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122 E 123/2001, do senhor governador do Estado, restituindo a esta Casa de Leis, os Projetos de Lei nºs 107/95; 116/96, Lei Complementar nº 080/95; 512/95; 510/95; 257/93; 549/97; 125/95; 247/95 e 494/97. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 549

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, ouvido o douto Plenário, seja concedida Identificação Funcional ou Autorização de Ingresso para o exercício de "Assessoria Parlamentar de Plenário" ao servidores indicados pelas respectivas Lideranças Partidárias. Tal medida visa equacionar o trabalho dos deputados e a necessária assessoria para atuação das diversas Bancadas quando em Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(aa) TONY GARCIA, LUCIANA RAFAGNIN, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ CARLOS ZUK, NEREU MOURA, WALDYR PUGLIESI, SÉRGIO SPADA e ELI GHELLERE.

REQUERIMENTO Nº 547

Senhor Presidente.

A deputada, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, autorização para representar esta Assembléia Legislativa no 1º Encontro Nacional de Deputadas Estaduais, a ser realizado na cidade de Cuiabá/MS, evento promovido pela Secretaria de Mulheres da Unale e Assembléia Legislativa do Mato Grosso, nos dias 29, 30 e 31 do corrente mês, conforme documento em anexo.

Sala das Sessões, em 21.03.2001

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 546

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Especial referente, ao tema da Campanha da Fraternidade 2001: Vida Sim,

Drogas Não, promovida pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) utilizando-se para tanto o expediente da sessão Plenária de 09 de abril do corrente ano.

O tema referente as drogas ocupa espaço especial nas preocupações familiares, na educação e saúde pública, justificando-se desta forma a manifestação e a união desta Casa de Leis ao esforço da sociedade civil organizada e demais setores que buscam solução e encaminhamento para a referida questão. Solicita-se ainda que sejam convidados para sessão, entre outros, o Conselho Estadual de Entorpecentes, Igrejas, Entidades Sociais de Educação e Saúde, bem como de Segurança Pública e Direitos Humanos, envolvidas nesta questão.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 548

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, a convocação do secretário de Estado da Segurança Pública senhor José Tavares, e do diretor geral da Polícia Civil delegado Leonil Ribeiro, para prestarem esclarecimentos a esta Casa, sobre assuntos relativos ao aumento dos índices de criminalidade no estado do Paraná, e das mudanças a serem introduzidas na Lei Complementar nº 14/82 (estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná), pela proposta contida na Mensagem Governamental nº 005/2001 Projeto de Lei 015/2001.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 97, Inciso I do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Tiago de Amorin Novaes, Luciana Rafagnin, Waldir Pugliesi, Edson Strapasson, Tony Garcia, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk, Divanir Braz Palma, 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 550

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicitam ao senhor governador Jaime Lerner, após ouvido o douto Plenário, o afastamento do doutor Ingo Henrique Hubert, da presidência da Companhia Paranaense de Energia - Copel, tendo em vista o processo já desencadeado de privatização da companhia.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(aa) TONY GARCIA, RICARDO CHAB, ALGACI TULIO, EDNO GUIMARÃES, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, AUGUSTINHO ZUCCHI, TIAGO AMORIM NOVAES, MOYSÉS LEÔNIDAS, LUIZ CARLOS MAR-

TINS, RENATO GAÚCHO, HIDEKAZU TAKAYAMA, CESAR SILVESTRI, LUIZ ACCORSI, BERALDIN, FERNANDO RIBAS CARLI, SERAFINA CARRILHO, GERALDO CARTÁRIO, MARCOS ISFER, CESAR SELEME, SERGIO SPADA e DIVANIR BRAZ PALMA.

JUSTIFICATIVA:

A substituição do doutor Ingo Henrique Hubert, da presidência da Copel, faz se necessária tendo em vista que o processo para revestir-se de transparência não pode ter à frente da discussão de privatização o presidente da empresa que ao mesmo tempo acumula a função de Secretário de Estado da Fazenda, preocupado com as finanças do governo do Estado.

Dentro dos princípios da moralidade e da ética, a maneira correta de tratamento da coisa pública, com transparência e lisura na administração pública.

Sugerimos que a substituição seja feita por um técnico de carreira da empresa, de forma imediata para não prejudicar a imagem da empresa junto ao mercado e a sociedade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 523

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de pesar, pelo falecimento do Padre Pedro Ryo Tanaka, ocorrido no dia 18 do corrente mês, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, cito à rua Monseñhor Kimura, nº 36 0- zona 02 - CEP 87010-450, aos cuidados da Paróquia de Menino Jesus de Praga e São Francisco Xavier.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 526

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Jornal Diário da Manhã, pela comemoração dos seus 14 anos de existência.

Funcionando ininterruptamente, nestes 14 anos de existência, provou que com muito trabalho e dedicação pode-se fazer jornal de qualidade para a população. Neste tempo, procurou noticiar e registrar fatos de interesse de todos, não só fatos referentes a Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais, mas também do Paraná, do Brasil e do Mundo, a fim de assegurar um efetivo registro da história Econômica, Política e Social.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao senhor Adail Inglês, em nome de todos os fun-

cionários do Jornal na rua Balduino Taques, 890 - caixa postal 50 - Ponta Grossa - PR - 84010-915.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 529

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de São José dos Pinhais, pela comemoração de seus trezentos e onze anos.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de ontem (19 de março de 2001) o município de São José dos Pinhais comemorou seus 311 anos de fundação. A cidade comemora também o dia do Padroeiro São José. Sua emancipação política deu-se em data de 08 de janeiro de 1853.

Sua história remonta ao Século XVI, quando uma expedição lusitana foi massacrada naquele local. Eram homens comandados por Francisco Chaves que se aventuravam ao entrar no sertão meridional e na investida depararam-se com tribos indígenas ali. Outras expedições a sucederam, porém mais infelizes, e aos poucos os Campos do Coritiba foram sendo ocupados. A procura pelo ouro foi a principal força que impulsionou aos intrépidos aventureiros e ousados bandeirantes que permaneceram neste chão. As minas do ouro do Arraial Grande é que deram origem à cidade de São José dos Pinhais.

Em 1690 foi erigida ali uma pequena capela e em 1775 o povoado é elevado à categoria de freguesia. Data de 1831 a criação da primeira escola primária de São José dos Pinhais. Pela Lei Provincial nº 10 de 06 de junho de 1852 a freguesia foi elevada à categoria de Vila através da Lei Provincial nº 474, de 05 de abril de 1877, a Vila de São José dos Pinhais passou a ser sede de Comarca.

Em 1878 foi fundado o Núcleo Colonial de Muricy, com 357 imigrantes galicianos e silesianos e ainda italianos procedentes do norte daquele País. Estas famílias foram instaladas em 73 lotes rurais. Uma outra colônia instalada ali foi a de Inspetor Carvalho e ambas tiveram um espetacular progresso e juntamente com as demais que para ali acorreram foram fundamentais para o desenvolvimento e crescimento de São José dos Pinhais.

O município atualmente pertence à Microrregião 02 - Assomec e ali estão instaladas muitas das mais importantes indústrias do nosso Estado. Os são-joséenses, como são chamados seus filhos são trabalhadores e não medem esforços para verem sua cidade prosperar e crescer.

Apesar de estar localizada muito próximo de uma grande cidade, São José dos Pinhais é independente e caminha a passos largos para o futuro, sempre dentro da modernidade.

Ao município de São José dos Pinhais, através de seu prefeito municipal, pela comemoração de seus gloriosos 311 anos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 530

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de votos de congratulações ao Porto de Paranaguá, pela comemoração de seus 66 anos.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Porto de Paranaguá comemorou em data de 17 de março seus 66 anos de fundação. Nestas mais de seis décadas, passaram pelo Porto os principais produtos que movimentaram a economia do nosso Estado, como madeira, café, soja, etc. Por ali são embarcadas mais de 80% das exportações do Paraná. É por ali que também passa parte da produção agrícola do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraguai - já que o Porto está na rota do Mercosul.

Num total, passam por Paranaguá cerca de 20 milhões de toneladas de carga por ano e este volume é mais de 22.000% maior que as 91,5 toneladas embarcadas em 1935, quando o Porto iniciou suas operações. De lá para cá ele cresceu e hoje ocupa o primeiro lugar entre os portos da América Latina e é o segundo do País em arrecadação de divisas. O terminal tem importância econômica e estratégica para o Paraná, sendo um dos instrumentos de atração de investimentos industriais para o nosso Estado.

Os investimentos na modernização do Porto não param e ele não para de crescer. Por ali passam embarcações de vários países que entram e saem, movimentando a economia do nosso Estado e do nosso País. A cidade histórica de Paranaguá cresceu com ele e em torno dele. Quem visita a cidade fica admirado com a convivência da história com a modernidade do Porto, que possui equipamentos de última geração.

Pela comemoração de seus gloriosos 66 anos, sendo o orgulho do nosso Estado, receba o Porto de Paranaguá, através de seu superintendente Osiris Stenghel Guimarães, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 534

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulação ao município de Pinhais, pela comemoração dos nove anos de emancipação política, ocorrido no último dia 20 do corrente.

Requer ainda que seja enviado cópia do presente requerimento à Rua Wanda dos Santos Mallmann, nº 536 - Planta Portlant, Pinhais - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 522

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de repúdio à ação indevida e inescrupulosa dos policiais ocupantes da viatura da PM, prefixo 4840 e da viatura da Rone, prefixo 4532, que por volta das vinte e uma horas e vinte minutos do dia 20/03, invadiram a Igreja Evangélica Assembléia de Deus na Vila Zumbi dos Palmares, no município de Colombo, provocando pânico e terror entre os fiéis que lá se encontravam, fazendo com que as mulheres e meninas ficassem sentadas nos bancos com as mãos sobre a cabeça, e com que os homens e rapazes ficassem em pé no corredor, também com as mãos sobre a cabeça, para revista.

Requer ainda, o envio de expediente ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando no prazo de 48 horas, a apresentação dos nomes dos respectivos policiais que realizaram a referida e desastrosa abordagem, para que sejam tomadas as devidas providências.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

No último dia 20/03, por volta das 21 horas e 20 minutos, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, da Vila Zumbi dos Palmares, no município de Colombo, durante um culto de jovens, foi invadida abruptamente por policiais ocupantes da viatura da PM, prefixo 4840 e da viatura da Rone, prefixo 4532, para a realização de uma operação de busca e apreensão, sob alegação que naquele local encontram-se dois elementos armados.

A atitude truculenta e desastrosa desses policiais, causou terror e pânico nos fiéis presentes, fazendo com que homens e mulheres ficassem com as mãos sobre as cabeças para serem revistados, sob mira de armas apontadas na cabeça do dirigente local, o pastor Josué Alves da Silva e demais fiéis.

Jamais os policiais poderiam agir da forma que agiram, invadindo um templo religioso, contrariando dispositivos constitucionais.

Ao fim da busca, nada foi encontrado, mas mesmo que lá estivessem os supostos elementos armados, os respectivos policiais não poderiam invadir a propriedade privada, sem um mandato judicial.

Diante disto, quero deixar registrado o meu profundo descontentamento à esta atitude desastrosa, através desse voto de repúdio que ora apresento, requerendo ainda, o envio de expediente por parte desta Casa de Leis, ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando que no prazo de 48 horas sejam apresentados os

nomes dos policiais que realizaram a indevida abordagem.

Face ao exposto, considerando a gravidade dos motivos ora citados, solicito aos demais membros deste parlamento, a acolhida incondicional ao presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 551

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Comissão Central do Congresso Arquidiocesano de Curitiba, pela realização do Congresso, que se realiza de 21 a 25 de março do corrente, nesta Capital.

Requer, outrossim, que conste nos Anais desta Casa o reconhecimento deste parlamentar à importância das atividades programadas para o Congresso, evento tão importante da Arquidiocese de Curitiba.

Que da decisão da Casa, seja dada ciência ao presidente da Comissão Central do Congresso, monsenhor Luís de G. Gonçalves, no seguinte endereço: Congresso Arquidiocesano de Curitiba - Caixa Postal 575 - CEP 80.011-970 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 524

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Comissão Especial de Investigação, desta Casa de Leis a formalização de pedido para que a mesma proceda levantamento e posterior parecer sobre as eventuais declarações formuladas pelo ex-secretário da Fazenda do município de Maringá, Luis Antonio Paolicchi, a respeito do mesmo. Este parlamentar se coloca a disposição para prestar os devidos esclarecimentos.

Requer ainda que tais medidas sejam tomadas em caráter emergencial.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 537

Senhor Presidente.

Os deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, seja enviado expediente ao Excelentíssimo senhor presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, manifestando da indignação deste parlamento quanto a questão do aumento d alíquota do F.G.T.S. de 8% para 9% como forma de compensar a restituição aos trabalhadores penalizados pelos planos Collor e Verão.

O empresariado brasileiro já suporta uma grande carga tributária, medida que certamente trará ônus para as empresas constituídas, dificultando o pagamento de seus

quadros funcionais e conseqüentemente gerando desemprego.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, LUIZ CARLOS MARTINS, GERALDO CARTÁRIO, NEREU MOURA, AUGUSTINHO ZUCCHI, ELI GHELLERE, CESAR SILVESTRI, ALGACI TULIO, LUIZ CARLOS ZUK, DURVAL AMARAL, ÂNGELO VANHONI, ANTONIO ANIBELLI, EDNO GUIMARÃES, MARCOS ISFER, ADEMAR TRAIANO, LUCIANA RAFAGNIN, NELSON TURECK, DIVANIR BRAZ PALMA, IRINEU COLOMBO, ORLANDO PESSUTI, ANTONIO CARLOS BELINATI, CHICO NOROESTE, JOSÉ MARIA FERREIRA, HIDEKAZU TAKAYAMA e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 520

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Terminal de Ônibus Jardim Holandês - município de Piraquara, tendo em vista a ocorrência diária de assaltos aos usuários. Os assaltantes ficam livremente no terminal ingerindo bebidas alcoólicas e fumando "maconha". O pedido está sendo feito pelos usuários desse terminal, face a falta de segurança que existe. Pedem urgência no atendimento do presente, pois, com certeza, a presença de policiais inibirá a ação dos assaltantes.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 521

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender os pedidos da senhora Carmém Larbós, residente à Rua José Fernandes Filho, nº 328 - Jardim Itatiaia, que solicita a limpeza do terreno baldio sito ao lado de sua residência, tendo em vista o mesmo ter se tornado um "matagal" e estar servindo de local de consumo de "drogas" pelos jovens. Esse terreno virou depósito de lixo e de animais mortos, também. Pede ainda, a limpeza das valetas existentes no bairro, devido a situação crítica que se encontram. Finalizando, pede a limpeza dos matos de todas as ruas e não somente o mato da rua que faz parte do trajeto da linha de ônibus, como feito recentemente. Com o atendimento dos referidos pedidos, toda a comunidade será beneficiada. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9108-9740.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando informações acerca dos repasses financeiros, apoio técnico, quantidade de viaturas, pessoal e armamento que foram destinados de janeiro/99 até a presente data, aos municípios de Cascavel, Maringá e Londrina, assim como Ponta Grossa e demais cidade dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 527

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, senhor José Tavares da Silva Neto, solicitando providências urgentes quanto a situação da segurança pública no município de Ponta Grossa.

Como já foi explicado em requerimentos anteriores, Ponta Grossa e a Região dos Campos Gerais continua em situação caótica em relação a segurança pública. Com poucos funcionários e poucas viaturas, está ficando impossível atender a todas as ocorrências. A Polícia Civil, por exemplo, opera com apenas 54 policiais na delegacia central e distritos, incluindo delegados; e dispõe de 13 viaturas. O setor operacional tem 11 agentes e somente duas viaturas exclusivas. Para fazer o encaminhamento de corpos que sofreram morte violenta na região, para a sede do IML, o motorista trabalha sozinho em 24 cidades, em plantão diário de 24 horas, devido a falta de funcionários.

No Instituto de Criminalística a situação se repete, pois o quadro de peritos foi reduzido. São 08 profissionais que atuam em três subdivisões de 25 cidades.

Devido a todos os fatos acima descritos, solicito mais uma vez, que a situação referente a segurança pública de Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais seja resolvida para que a população tenha um pouco mais de segurança nos dias de hoje.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 535

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao capitão dos Portos Pedro Tkotz Neto, da Capitania dos Portos de Paranaguá - Paraná, solicitando informações sobre a exploração do transporte de passa-

geiros turistas de Pontal do Paraná à Ilha do Mel, no litoral paranaense.

Requer, sejam especificados:

- o procedimento adotado na concessão para exploração do transporte de passageiros de Pontal do Paraná à Ilha do Mel;

- a responsabilidade e os procedimentos adotados da fiscalização do transporte;

- especificações de vistoria, quanto as condições e manutenção das embarcações;

- estatísticas de usuários/tripulantes das embarcações;

- relação de sócios e das embarcações cadastrados na Associação dos Barqueiros das baías do litoral norte do Estado do Paraná, que atendem o transporte que trata este requerimento.

Justifica-se tal solicitação, para que esta Casa Legislativa conheça as informações pretendidas, com o escopo de acompanhar o atendimento de transporte de turistas que visitam a Ilha do Mel, um dos principais pontos turísticos do Estado. Defendendo-se assim um serviço de qualidade e segurança aos que visitam o litoral paranaense.

Requer, ainda, seja encaminhado o presente requerimento à Capitania dos Portos de Paranaguá, sito à Rua Benjamim Constant, 707 - Centro Histórico, CEP 83.203-190 - Paranaguá-Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Miguel Salomão, e ao secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Lubomir Fichisnki, solicitando esclarecimentos acerca do Censo de 2000 e da situação dos municípios que tem perdido população, e do inchaço das grandes cidades. requer ainda informações sobre os projetos de desenvolvimento para o interior do Estado que visem a atenuação ou correção do atual estado de coisas, nas áreas de desenvolvimento e infra estrutura urbana, geração de emprego e renda, educação, saúde, cultura, esporte e lazer, agricultura, política de descentralização de fatores geradores de emprego, entre outros. enfim, requer-se que se dê inteiro teor de planos, projetos de desenvolvimento para o Estado, estipulando-se metas, recursos e outros.

O pedido se fundamenta nos dados que indicam ter o Estado do Paraná, aumentado de 1996 até 2000 em cerca de 550 mil habitantes, mas que 166 dos 399 municípios do Estado perderam população, indicando uma forte e perigosa concentração populacional proporcionadora de um conjunto de problemas que podem se tornar

irreversíveis nas áreas do desenvolvimento econômico e social e mesmo da segurança.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 538

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, mui digno se-cretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de uma viatura para a Polícia Militar a substituição da viatura da Polícia Civil e a reforma da Delegacia de Polícia do município de Cidade Gaúcha.

A Polícia Militar não conta com veículo para realização do seu trabalho, a atual viatura da polícia civil, encontra-se em péssimo estado de conservação e o prédio da delegacia necessita urgentes reformas.

Tais reivindicações objetivam oferecer ao município, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública garantindo consequentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que a Polícia Civil e Polícia Militar, possam contar com uma estrutura operacional com capacidade para atender a demanda da cidade, torna-se imprescindível o apoio dessa pasta, no deferimento das reivindicações.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 539

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo senhor Paulinho Dalmaz, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., solicitando a continuidade das obras de pavimentação asfáltica no município de Altônia, através do Programa "Caminhos da Educação", no trecho Altônia /Via Iara.

É importante ressaltar que o trecho solicitado tem uma extensão de 17 kms, dos quais 4 kms já foram executados, motivo pelo qual reivindicamos ao DER a conclusão dessa estrada, tendo em vista a importância dessa obra para o município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Amarildo Ribeiro Novato, prefeito municipal de Altônia (rua Rui Barbosa, 815) e ao senhor Pedro Nunes da Mata, presidente da Câmara Municipal (rua Getúlio Vargas, 82 - CEP 87550-000).

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 540

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo senhor Paulinho Dalmaz, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem -D.E.R., solicitando a continuidade das obras de pavimentação asfáltica no município de Cruzeiro do Oeste, através do Programa "Caminhos da Educação", no trecho Cruzeiro do Oeste - Bairro São José.

É importante ressaltar que o trecho solicitado tem uma extensão de 05 kms, dos quais 03 kms já foram executados, motivo pelo qual reivindicamos ao DER a conclusão dessa estrada, tendo em vista a importância dessa obra para o município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Yukio Tominaga, prefeito municipal de Cruzeiro do Oeste (Rua J.E. Rezende, 686) e ao vereador Benedito Aparecido de Campos Barbosa, presidente da Câmara Municipal (Av. Brasil, s/nº - CEP 87400-000).

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 541

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo senhor Paulinho Dalmaz, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., solicitando a continuidade das obras de pavimentação asfáltica no município de Iporã, através do Programa "Caminhos da Educação", no trecho Iporã - distrito de Oroitê.

É importante ressaltar que o trecho solicitado tem uma extensão de 14 kms, dos quais 06 kms já foram executados, motivo pelo qual reivindicamos ao DER a conclusão dessa estrada, tendo em vista a importância dessa obra para o município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a senhora Maria Aparecida Zago Udenal, prefeita municipal de Iporã (Rua Pedro Alvares Cabral, 2677) e ao vereador Sergio Valentim Vacari, presidente da Câmara Municipal (rua Pedro Alvarez Cabral s/nº) CEP 87560-000

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 542

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo senhor Paulinho Dalmaz, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., solicitando a recuperação da estrada que liga o município de Ivaté ao distrito de Herculândia, no mesmo município, numa extensão de 06 kms.

Tal reivindicação é de fundamental importância tendo em vista o péssimo estado de conservação que a estrada se encontra, oferecendo dificuldades e transtornos para a população que utiliza o referido trecho.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a senhora Carmelita Lima Sgaravato Ribeiro, prefeita municipal de Ivaté (Av. Minas Gerais, 2294,) e ao vereador Valdecir Prevital, presidente da Câmara Municipal (Av. Rio de Janeiro, 2572) - CEP 87519-000.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 543

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo senhor Paulinho Dalmaz, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., solicitando a conclusão dos 03 kms restantes da pavimentação asfáltica no município de Tapira, através do programa "Caminhos da Educação", cuja obra encontra-se paralisada, numa estrada que totaliza 06 kms de extensão.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Wilson Lucena, prefeito municipal de Tapira (Rua Paranaguá s/nº) e ao vereador Silvio Travaglia, presidente da Câmara Municipal (rua Paranaguá, 518) - CEP 87830-000.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 545

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM envio de Pedido de Informações ao presidente da Copel, senhor Ingo Hubert, solicitando o que segue:

1 - Se a Copel recebeu em doação de usuários ou loteadores, transformadores e redes de distribuição de energia elétrica;

2 - Se as referidas doações estão constando no patrimônio da Copel;

3 - Qual a porcentagem que representam estas doações no total das redes de distribuição da Copel.

Nestes termos pede deferimento conforme dispõem os Artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(aa) ELI GHELLERE

LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica criada a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias de várias irregularidades em diversos setores da Companhia Paranaense de Energia - Copel, conforme prevê o Artigo 36, § 4º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º - A Comissão Parlamentar de Inquérito de que trata o artigo 1º, terá duração regimental e será composta de 07 (sete) membros, conforme o previsto nos §§ 3º e 5º, do Artigo 36 do Regimento Interno.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando, que a Copel iniciou um processo de privatização, cercado de denúncias por parte da oposição e de vários argumentos positivos por parte do governo do Estado, acreditamos que a Assembléia Legislativa, cumprindo o preceito constitucional determinado pelo Artigo 54, XXVIII, da Constituição Estadual, deve proceder imediatamente, as investigações que se fizerem necessárias para prestar, não só o patrimônio público do Estado, como também cumprir a finalidade deste Poder Legislativo de fiscalizar a atuação do Poder Executivo.

Considerando, que a Copel apresentou no ano de 2000, o maior lucro de toda a sua história, obtendo ganhos acima de 55,4% sobre o verificado em 1999;

Considerando, a importância da atuação da Copel na área de geração de energia, tais como:

- os trabalhos de gerenciamento técnico para a Usina Hidrelétrica Dona Francisca e Usina Hidrelétrica de Campos Novos;

- os trabalhos de levantamento nos estudos de Impacto Ambiental e os relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente para as Usinas Hidrelétricas de Fundão e Santa Clara, no rio Jordão, e outros da mesma natureza no Estado do Paraná;

- os trabalhos de execução de ensaios de rendimento para várias empresas de outros Estados;

- e tantos outros que fazem parte do balanço publicado pela própria empresa.

Na área da transmissão a Copel oferece ao mercado um gama enorme e diversificado de bens e serviços, tais como o transporte de energia elétrica; locação e de instalações, manutenção especializada; operação de instalações elétricas; estudos e projetos; aferição/ensaios em equipamentos e instrumentos, além de repasse de tecnologia da informação para SIG-SIP - Sistema de Informações Geográficas para Gestão da Iluminação Pública; Seiopm - Sistema Estratégico de Informações Operacionais da Polícia Militar; Sig-Gás - Sistema de Informações Geográficas para Gestão de Gás e a Agência Virtual da Compagás.

Na área de participação em empresas a Copel possui investimentos na Tradener Ltda, Compagás, Sercomtel S.A. - Telecomunicações; Companhia Nacional de Intervias; UEG Araucária Ltda; Machadinho Energética S.A.; Campos Novos Energia S.A.; Dona Francisca Energética S.A.; Foz do Chopim Energética Ltda.; Dominó Holdings S.A.; Escoleletric Ltda.; BrasPower; Copel - Agra; Centrais Eólicas do Paraná Ltda.; Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec e Nova Holanda.

O total dos investimentos da Copel em 2000 foi de R\$400,2 milhões de reais.

O lucro líquido da Copel em 2000, foi de R\$430,6 milhões, que, comparado com o de 1999 no total de R\$277,2 milhões, representa um aumento de lucro de 55,4% no último ano, conforme consta do próprio balanço da Copel.

As consultas feitas ao povo do Paraná, pelo nosso site na Internet, e, as mensagens que nos são enviadas por e-mail, provam que a população de todo o Estado é contrária à venda da Copel.

Desta forma, considerando as denúncias de que esse lucro teria sido maquiado no balanço oficial, e o resultado das nossas pesquisas, acreditamos ser este o momento de proceder as investigações necessárias, o que somente será possível com a criação da presente CPI, proposta pelo projeto de resolução de nossa autoria.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 070/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado nos termos do artigo 1º do Decreto 1.221, de 20 de março de 1992, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação, a nível de atuação regional, o Núcleo regional de Educação de Ibaiti.

Parágrafo Único - O Núcleo Regional de Ibaiti será desmembrado do 30º Núcleo Regional de Educação e será constituído pelas cidades de Ibaiti, Japira, Pinhalão, Tomazina, Figueira, Curiúva, Ventania, Conselheiro Mairinck, Jundiá do Sul, Siqueira Campos, Guapirama e Sapopema.

Art. 2º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a proceder as alterações administrativas e orçamentárias necessárias para o cumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar nova estrutura administrativa regional a Secretaria de Estado da Educação, procurando viabilizar e equacionar, a política de descentralização da Educação preconizada pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação.

O município de Ibaiti, situado no Norte Pioneiro, representa um polo-regional, que envolve vários municípios próximos, servidos de boas estradas asfaltadas, como segue:.

Table 1:

| MUNICÍPIO | DISTÂNCIA |
|---------------------------|-----------|
| 13 - Japira | 9 Km |
| 14 - Jaboti | 16 Km |
| 15 - Pinhalão | 20 Km |
| 16 - Tomazina | 32 Km |
| 17 - Figueira | 28 Km |
| 18 - Curiúva | 56 Km |
| 19 - Ventania | 52 Km |
| 20 - Conselheiro Mairinck | 29 Km |
| 21 - Jundiá do Sul | 60 Km |
| 22 - Siqueira Campos | 51 Km |
| 23 - Guapirama | 51 Km |
| 24 - Sapopema | 71 Km |

A criação do Núcleo Regional de Ibaiti, desmembrado de Jaguariaíva, vem atender aos apelos da comunidade de Ibaiti e da região, conforme os documentos, em anexo, das prefeituras municipais de Japira, Pinhalão, Jaboti e da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro.

Por outro lado, o município de Ibaiti, se compromete a providenciar local para a instalação do núcleo, em prédio de dois pavimentos, de acordo com a planta junta, sem nenhum ônus para o governo do Estado.

Do acima exposto, esperamos contar com o assentimento dos nobres deputados na aprovação do projeto e lei.

PROJETO DE LEI Nº 071/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Araucária, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tala tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Araucária, que tem por objetivo de captar recursos públicos e privados para o financiamento da pesquisa científica e tecnológica.

A Fundação Araucária é uma associação sem fins lucrativos e visa, amparar a pesquisa e a formação de recursos humanos, visando o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 72/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica incluído no conteúdo relativo à proteção do meio ambiente a cidadania, no treinamento teórico-técnico oferecido nos centros de formação de condutores de veículo automotores, esclarecimentos destinados à conscientização do aluno sobre a importância da opção favorável à doação de órgãos para transplante estar inscrita na carteira nacional de habilitação.

Parágrafo Único - Para a difusão do tema enfatizar-se-á o significado humanitário da doação de órgãos, sem preconceito e com respeito aos aspectos sociais, culturais e religiosos.

Art. 2º - O Departamento Estadual de Trânsito, para cumprimento do disposto nesta lei, incluirá o tema no treinamento dos Centros e Formação de Condutores - CFC's.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Código Nacional Trânsito dispõe que constará da carteira nacional de habilitação o número do registro geral da carteira de identidade, o número do CPF e a opção do condutor pela doação ou não de órgãos para transplante.

Contudo, na maioria dos casos, os novos condutores não são advertidos da importância dessa opção ser favorável, salvando vidas e proporcionando alento às famílias com pessoas necessitando da doação de órgãos.

A Resolução nº 50, de 21 de maio de 1998, do Conselho Nacional de Trânsito, dispõe no artigo 3º sobre os conteúdos obrigatórios dos cursos de formação de condutores e respectivas cargas horárias. O tema é determinado, no caso específico, a cidadania. Contudo, a forma de prestar esse curso dentro do tema é responsabilidade do Estado e não há, dessa forma, impedimento

legal à inclusão dos esclarecimentos sobre a doação de órgãos para transplante.

A Constituição Federal prescreve ser competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre proteção e defesa da saúde. A legislação sobre trânsito, que é competência privativa da União, já está definida através do Código Brasileiro de Trânsito, restando ainda a possibilidade ao Estado definir exatamente qual o critério para oferecer o tema cidadania.

Segundo dados da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos, em cada milhão de habitantes, entre 50 e 60 pessoas, por ano, podem encontrar-se em situação de morte encefálica - condição que leva alguém a tornar-se um provável doador; entre 200 e 300 pessoas podem desenvolver insuficiência renal crônica, por exemplo, e vir a precisar de um transplante. Portanto, a chance da pessoa ser um doador de órgão é quatro a cinco vezes menor do que a chance de que uma pessoa venha a precisar de um transplante.

Desde 1967 são realizados transplantes no Brasil. Pode-se doar em vida o rim, parte do fígado, parte do pulmão, medula óssea e sangue.

A legislação brasileira permite a doação de órgãos em vida apenas entre pessoas relacionadas geneticamente. entre não parentes o processo de doação-transplante só ocorrerá com autorização judicial. Em geral, os transplantes de partes do fígado ou do pulmão, ocorrem de pais para filhos.

Um único doador pode beneficiar pelo menos 25 pessoas. Mais de 32.000 pessoas estão na fila de espera por um transplante como última e única alternativa de sobrevivência e/ou de melhoria da qualidade da vida. A cada dia, pelo menos mais oito pessoas entram nessa fila.

No final de um ano, apenas cerca de dez por cento dessas pessoas terão tido a chance de receber um presente de vida através de um órgão doado.

Quem precisa de um coração, fígado ou pulmão dificilmente poderá esperar mais do que seis meses por um doador.

Grande parte das pessoas que recebeu um transplante salva-vida depois de janeiro de 1998 tinha nos documentos de identificação a inscrição "não doador de órgãos".

A legislação atual exige a autorização da família para a retirada dos órgãos a serem retirados das pessoas com diagnóstico de morte encefálica. Contudo, a falta de conscientização faz com que muitas famílias neguem essa autorização. Assim, resta a obrigação de prestar esclarecimentos aos cidadãos, criando maior consciência sobre a importância do ato.

A cidadania envolve enorme gama de informações e dentre elas deve constar, obrigatoriamente, a conscientização de que trata esta lei.

PROJETO DE LEI Nº 73/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As mulheres atendidas no Sistema Único de Saúde, no Estado do Paraná, dentro do Programa de Prevenção e Controle do Câncer Ginecológico, terão o respectivo histórico familiar sob o aspecto da incidência do câncer de mama.

Parágrafo Único - Desse procedimento será elaborado cadastro contendo informações para o acompanhamento médico preventivo de mulheres com histórico familiar propenso ao câncer de mama.

Art. 2º - O grupo de risco será analisado pela Secretaria de Estado da Saúde, elaborando planejamento de ações, programas e políticas públicas de controle de câncer de mama.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O aumento proporcional do câncer em relação a outras doenças, tanto da sua incidência, quanto da sua mortalidade, aponta para a crescente necessidade de organização do sistema de saúde, com a estruturação de atendimento que garanta o acesso da população ao diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação, completando assim, um programa efetivo de controle desta doença.

O câncer é a segunda causa de morte no Brasil entre as mulheres, figurando logo atrás das causas externas (como acidentes automobilísticos, atropelamentos e assassinatos). Entre os tipos de câncer, o de mama lidera o ranking da mortalidade. A cada ano morrem de câncer de mama dez mil mulheres no Brasil e a cada 24 minutos um novo caso é registrado na faixa etária acima de 35 anos. No Estado de São Paulo, atualmente, a taxa é de 17% ao ano no grupo de cada 100 mil. Nos Estados Unidos, a incidência é de um caso para cada oito mulheres, ou seja, pode atingir, anualmente, 12,6% das mulheres americanas.

As estatísticas se tornam mais assustadoras ao se considerar que se não conhecem todos os fatores que provocam a doença, sua detecção é tardia e metástase (transmissão de células cancerosas para um órgão adjacente) mais freqüente.

Um dos maiores passos nas pesquisas sobre a causa do câncer de mama foi dado pela equipe do professor Mark Skolnick, da Universidade de Utah, nos Estados Unidos, em setembro de 1994. Os cientistas conseguiram isolar um gene, batizado de BRCA1, que demonstra a hereditariedade da doença em parte dos casos. Cinco por cento das mulheres que sofrem de câncer já nascem com este novo gene defeituoso.

Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer, órgão ligado ao Ministério da Saúde, “embora conhecido há muitos séculos, somente nas últimas décadas o câncer vem ganhando uma dimensão maior, convertendo-se em

um evidente problema de saúde pública mundial. No Brasil, o cenário não tem sido diferente, observando-se, a partir dos anos 60, que as doenças infecciosas e parasitárias deixaram de ser a principal causa de morte, sendo substituídas pelas doenças do aparelho circulatório e pelas neoplasias.

Essa progressiva ascensão da mortalidade por doenças crônico-degenerativas, conhecida como transição epidemiológica, impõe a elaboração de um sistema de informações voltado às doenças crônicas não transmissíveis. Nesse contexto, as neoplasias malignas merecem abordagem diferenciada, pelo aumento da sua prevalência, por utilizarem grande volume de recursos financeiros, por representarem importante ônus institucional e social, e ainda, por sua crescente importância como causa de morte no país. Este sistema de informação tem como ponto de partida o registro sistemático de doenças, o que tem sido uma prática histórica dos serviços de saúde no mundo inteiro. Com o surgimento do conceito de vigilância epidemiológica, esse registro adquiriu nova dimensão e utilidade para o monitoramento e controle de doenças. É necessário enfatizar-se a importância de dados estatísticos e de informações de boa qualidade para o planejamento de ações na área da saúde, em especial, na cancerologia, sem os quais os planejadores e gestores só poderiam basear-se em suposições ou noções vagas da realidade.

Sem dúvida, entre as doenças crônicas, é na área de câncer que os registros mais tem se aprimorado e disseminado. Atualmente, um grande número de países dispõe de estatísticas bem consolidadas, provenientes dos registros de câncer. Um sistema de informação em câncer bem-estruturado é fundamental para o melhor conhecimento do problema no país. Somente a partir de informações sólidas sobre a ocorrência do câncer, nas diversas regiões do Brasil, será possível traçar estratégias para sua prevenção, controle e assistência.

As limitações, ainda hoje existentes, no que diz respeito à atualização e cobertura dos dados dos registros de câncer de base populacional e à qualidade da informação sobre mortalidade, não invalidam sua utilização. Mesmo reconhecendo-se um certo grau de imprecisão e as limitações próprias do método de projeção do número de casos novos e óbitos por câncer, dados atualizados no âmbito nacional são reconhecidamente imprescindíveis para o planejamento das ações na área da saúde.”

O primeiro mamógrafo foi trazido ao Brasil em 1971, pelo Instituto Brasileiro de Controle do Câncer, o mesmo instituto que arrecada recursos através da campanha “O Câncer de Mama no Alvo da Moda”.

O chefe do setor de mastologia da escola Paulista de Medicina, Luis Henrique Gebrim, em entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo”, lembra que as campanhas de prevenção do câncer de colo de útero são mais frequentes nos Estados desenvolvidos. Com relação ao câncer de mama, os fatores de risco como primeira gestação depois dos 30 anos e o uso indiscriminado de remédios

preparados a base de hormônios, são comuns em mulheres de grandes centros urbanos.

PROJETO DE LEI Nº 74/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O processo seletivo para ingresso em cursos de educação superior de instituições de ensino mantidas pelo Estado do Paraná, exigirá dos candidatos conhecimentos sobre história, geografia e atualidades do Estado do Paraná nas disciplinas de História e Geografia.

Parágrafo Único - As questões sobre história e geografia do Paraná deverão representar pelo menos 20% (vinte por cento) em cada área de conhecimento especificado nesta lei.

Art. 2º - O disposto nesta lei será aplicado pelas instituições de ensino superior a partir dos exames seletivos para preenchimento de vagas para o ano letivo de 2002.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A disposição presente nesta lei não fere a autonomia concedida às instituições de ensino superior, na forma da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Oferece, contudo, parâmetro para que os candidatos dos exames seletivos de ingresso em cursos superiores sejam estimulados para o conhecimento da história e geografia do Paraná.

A rica história do Paraná é por poucos conhecida, mesmo que superficialmente e a oportunidade do ingresso no ensino superior é momento apropriado para a verificação desses conhecimentos.

Vejamos um pouco dessa história que nos orgulha:

“São símbolos do Paraná a Bandeira, o Brasão de Armas, o Hino, a Galha Azul e a Harpia.

A Bandeira do Estado do Paraná foi adotada pelo Decreto Estadual nº 8, de 9 de janeiro de 1892.

A atual Bandeira conforma-se de um retângulo verde, banda branca e esfera azul.

A esfera azul traz representada a Constelação do Cruzeiro do Sul ordenada segundo a posição celeste correspondente ao dia 29 de agosto de 1853, data em que o Imperador Dom Pedro II assinou a Lei nº 704, que criou a província do Paraná. As estrelas (brancas) simbolizam: Alfa (Magalhães), Beta (Mimosa), Gama (Rubídea), Delta (Pálida) e Epsilon (Intrometida).

Ramos verdes acompanham a curvatura da esfera: de erva-mate à esquerda e de pinheiro-do-paraná à direita.

O Brasão de Armas Estadual foi instituído pela Lei nº 904, de 21 de março de 1910. Constituído de um escudo português, o Brasão de Armas apresenta em campo verde a figura de um semeador; em chefe azul (quadrângulo superior) um sol nascente de outro e montanhas com três picos que significam os três planaltos paranaenses.

Como timbre, traz a figura de um falcão, a Harpia. Ramos verdes, idênticos aos da Bandeira servem de suporte ao brasão.”

O tropeirismo fez surgir cidades como Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Porto Amazonas, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Sengés.

Lenta e cadenciadamente ia a tropa pelos Caminhos do Paraná. O percurso era longo, iniciando-se em Viamão no Rio Grande do Sul, em direção a Sorocaba, em São Paulo.

A cada pouso, as cidades floresciam como contas de um colar. A caminhada era favorecida pela topografia e baixa vegetação, características da formação arenítica Furnas.

A ferrovia Paranaguá-Curitiba que liga o litoral ao planalto é verdadeira obra de engenharia, vence os contrafortes da Serra do Mar numa extensão de 100 quilômetros. Construída no período de 1880-1885, possui 14 túneis escavados na rocha, 41 pontes e viadutos de super estrutura metálica.

O trecho da Serra do Mar compreendido pela Serra da Graciosa, do Marumbi e dos Órgãos, é considerado pela Unesco, desde 1993, como Reserva da Biosfera.

Essas são algumas das passagens que constituem a história do Paraná e há muito mais a ser estudado e lembrado.

PROJETO DE LEI Nº 75/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação do Centro de Educação Sindical-Cesi, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Educação Sindical “Cesi”, fundado em 17.10.1996, denominada Associação do Centro de Educação Sindical, é uma entidade civil de caráter jurídico e sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, localizado geograficamente, na região Sudoeste do Paraná.

A entidade em referência dá acompanhamentos aos STR's da região e às lutas dos trabalhadores rurais com diversas negociações formação através de cursos,

congressos, participação no Fórum Intergovernamental, participação em instâncias à nível estadual e dos três Estados do sul.

Para melhor atender a população dos sindicalizados, existem as comissões de trabalho, como: Coordenação Executiva, Política Agrícola e Econômica, Questões Sociais, Formação e Educação, Comissão Sindical de Jovens, Comissão Sindical de Mulheres, Conselho Fiscal e Suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Recebi hoje pela manhã, em meu gabinete parlamentar, a visita de professores da rede estadual e da Universidade Federal do Paraná.

São professores que compõem o Fórum Estadual da Escola Pública e Gratuita e vieram trazer-nos sugestões ao projeto de lei sobre o sistema estadual de ensino, projeto este que eu havia apresentado já na legislatura passada e reapresentei nesta legislatura, sob o nº 193/99.

É um projeto muito extenso, contendo 125 artigos. Esse projeto é uma imposição da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que preconiza que cada Estado componha o seu sistema.

Então a lei que eu enviei para a Assembléia Legislativa, para o debate, também enviei cópias para algumas instituições, entidades, sindicatos para que contribuam no seu aperfeiçoamento, disciplina e funcionamento do sistema de ensino, no Paraná. Só não legislamos com relação às universidades federais e às universidades ou faculdades de ensino federal.

As universidades públicas estaduais, o ensino médio, as escolas privadas, a educação infantil, seja privada ou pública, confessionais, particulares etc., todas são de alçada e competência de sistematização por parte do governo do Estado do Paraná.

Acontece, senhor presidente, senhores deputados que o governo do Estado do Paraná, tanto o secretário Ramiro como a atual secretária, Alcyone Saliba, não tomaram nenhuma iniciativa para regradar o sistema de ensino. A legislação que trata do sistema de ensino, do Estado do Paraná, é de 1964. E, hoje pela manhã, recebi uma importante contribuição do Fórum de Defesa da Escola Pública, sobre a Educação Especial.

E como há um debate muito fervoroso, sobre esta questão da educação especial, e eu tenho um capítulo na minha lei, que trata da educação especial, estarei senhor presidente, pedindo nos próximos dias, a retirada, o arquivamento desse projeto, e irei apresentar sob novo número e redação já modificada, com relação à Educação Especial, tendo em vista o desmonte da Educação Especial, que está acontecendo, no Paraná e, na avaliação do

Fórum, o meu projeto não atende a perspectiva do segmento da educação pública do Paraná.

Portanto, estarei atendendo já uma contribuição da sociedade no que tange ao projeto de lei de sistema de ensino.

Mas, senhor presidente, assim que eu pedir o arquivamento do presente projeto, imediatamente apresentando nova proposta incorporando sugestões da sociedade civil, também faço uma exigência regimental, amparado no Regimento, para que o meu projeto tenha tramitação nesta Casa.

Até o final do nosso mandato tem que ter passado pelas comissões e tem que vir ao debate nesta Assembléia, é um projeto de extrema envergadura, um projeto importante para o Paraná e ele tem que ser debatido porque não sou eu e não é o fórum, os donos de todas as verdades. Convenhamos, nós temos iniciativa que provoca o governo do Estado, sobretudo um governo que não tem propostas para a educação, a não ser tirar recursos, economizar cortando os direitos educacionais do povo paranaense.

É o empenho de um parlamentar ligado à questão da educação e iremos também pedir ao presidente da Comissão de Educação que agora está sob o comando do deputado Ângelo Vanhoni, para que promova seminários para debater esse projeto de lei.

Mas, senhor presidente era isso, mostrar sempre que esta Casa produz e produz muitos conhecimentos, tem propostas o Estado do Paraná, e nós temos que fazer nesta Casa sempre um debate das questões, desta feita que eu levanto, é da questão educacional.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, o deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados. Nos estamos retornando novamente hoje à tribuna para continuarmos ainda aquela discussão com relação à privatização da Copel.

Está correndo, senhor presidente, senhores deputados, um ofício subscrito por diversos deputados e que será encaminhado a esta Mesa Executiva sugerindo ao governo do Estado que faça o afastamento do senhor Ingo Hubert da presidência da Copel, nesta fase de privatização em estado já adiantado que se encontra a Copel.

Quero aqui, até em caráter experimental, dizer a Vossa Excelência e aos demais deputados que é a medida quem sabe mais sensata para que esse processo continue sendo levado a termo não só no Paraná mas também em todo o País, já que por certo os editais de licitações já devidamente encaminhados têm chamado atenção daquelas pessoas interessadas.

Não há aqui absolutamente nada contra a figura, contra pessoa do senhor Ingo Hubert, mas no entendimento da maioria absoluta dessas pessoas que estão enca-

minhando este requerimento, é uma questão até ética do governo, não permanecer frente à Copel o homem interessado em fazer a privatização, o homem que conhece as finanças do Estado, já que acumula a função de secretário estadual da Fazenda e parte mais interessada em empurrar a Copel o mais rápido possível para tentar sanear as dívidas do Estado.

É uma situação ímpar nesta Casa, na medida em que aparentemente a maioria absoluta que subscreveu esse requerimento é formada por deputados ligados à base do governo, e que com esta preocupação de manter a lisura, de manter o processo transparente, de fazer com que as coisas sejam feitas às claras, não permitir em especial, com relação a esta Casa, que aquela pessoa que encaminha e que faz todo trabalho de privatização da empresa seja a mesma pessoa que esteja cuidando da questão financeira do Estado como é o caso que acontece no Paraná.

Não há, por parte em especial deste deputado que subscreve o requerimento, junto com quase a maioria absoluta desta Casa, a intenção de colocar em cheque a competência do senhor Ingo Hubert. Não há, nenhuma necessidade de falar, em especial até da sua competência já comprovada, mas não é ético, não é moral, não é oportuno, não é de bom tamanho, não é de bom alvitre, que ele continue liderando, fazendo essa preleção, não só nacionalmente, mas agora, também, no Estado do Paraná, numa campanha direcionada ao povo do Estado, para dizer que a venda da Copel é boa.

A Copel tem se constituído a menina dos olhos da Administração Pública do Estado. É uma empresa rentável. É uma empresa que dá lucro. É uma empresa que cumpre a sua função social e não seria agora, nesse momento oportuno, frente à Copel, lá permanecer o senhor Ingo Hubert, para fazer o papel da venda, o papel da privatização.

Quero aqui até parabenizar esses deputados que correm à frente da preocupação e da lisura, que tem que se manter em especial com coisa pública do Estado, chamado à atenção do governo e fazendo esse apelo para que o seu presidente da Copel, que acumula o mesmo cargo, de homem que comanda as finanças do Estado, esteja fora, literalmente, fora desse processo de venda, de privatização da Copel.

Queria deixar mais uma vez consignado que a Assembléia Legislativa do Paraná está vivendo um momento ímpar na sua história. Nós que estamos vivendo esse fase ímpar, de um novo tempo, de um novo século, de um novo milênio, acho que seria oportuno até, sugerir ao governo, conforme fizemos através de um requerimento que imediatamente, por uma questão ética e moral, de transparência o senhor Ingo Hubert tenha trocado a sua posição.

A nossa postura, inclusive, é de que um técnico e não um político seja reconduzido para a presidência da Copel para bem encaminhar essa questão.

Concedo um aparte ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Nobre deputado Moysés Leônidas, Vossa Excelência realmente, dá uma condição a este Legislativo, para que tome a condição pela qual todo o povo do Paraná deseje.

Quem quer vender e quem está oferecendo a venda da Copel, além do governador, a segunda pessoa interessada é o atual presidente da Copel. Nada mais justo que uma isenção, do que principalmente uma responsabilidade, não político administrativa, mas técnica administrativa, de nós tirarmos este cidadão, enquanto essa fase de venda ou não venda, privatização ou não, de frente da Copel.

É inadmissível as palavras ditas por esse engenheiro. “Ele diz que se não vender a Copel, a Copel realmente vai perder 2/5 ou 3/5 do seu valor, arrebentando com a estrutura da Copel se não for vendida”.

Nós duvidamos disso.

Então estive uma autoridade maior dessa Nação, que já foi presidente da República, como falamos, ontem, falou o inverso do que até agora o presidente da Copel, Ingo Hubert está dando ao Paraná, o seu lado, a sua versão.

Quero também me somar a Vossa Excelência e pedir a sua anuência, como vou pedir a todo o plenário, num requerimento que vamos elaborar, deputado Moysés Leônidas, assinando esse seu, que é o afastamento imediato do presidente da Copel. Fazemos outro requerimento.

Trouxe aqui o jornal, aonde o governo do Estado está gastando uma fortuna, como disse o nosso Líder Waldyr Pugliesi. Uma fortuna tentando sensibilizar todo o povo do Paraná, dizendo que 20 e poucas fornecedoras de energia já foram privatizadas. Hoje, escutando a rádio quando vinha de Ponta Grossa, dizia que vinte e poucas empresas de distribuição de energia foram privatizadas. É uma ordem do governo federal e o governo do Paraná vai cumprir a ordem. Quem está pagando? Se não tem dinheiro para a segurança, não tem dinheiro para o transporte escolar, não tem dinheiro naquele acordo com os professores; não cumpriram, não tem dinheiro para nada. Como é que tem dinheiro para tentar mentir para o Paraná que é um bom negócio vender a Copel? Isso é brincadeira com a inteligência de todo o povo paranaense e principalmente com os deputados da base de sustentação do governo!

Eles pegam os seus prefeitos e vão nas secretarias. Não recebem nada, a não ser um tapinha nas costas e um cumprimento. É uma vergonha o atual estado de coisas em que se encontra o Paraná. É só mentira e gasto do dinheiro público e aonde não deve ser empregado.

Vou fazer um requerimento e peço à base aliada do governo, se o governo não é mentiroso, se o governo é responsável, se o governo é transparente, o nosso requerimento vai passar para nós sabermos quanto custa tentar enganar o povo do Paraná com mentiras, como essa que estão mostrando através da rádio, da televisão e do jornal.

Muito obrigado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

O Congresso Nacional hoje e até deputados aliados ao presidente Fernando Henrique Cardoso pedem a cassação ou a dispensa do presidente da Petrobrás em função do acidente ocorrido com a P-36. É uma forma de mostrar lisura e transparência no governo.

Concedo aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Moysés Leônidas, eu fui um dos deputados que assinei esse requerimento e quero aproveitar esse aparte até para justificar o meu posicionamento.

Lendo um dos jornais de circulação estadual, mais precisamente o Jornal do Estado hoje pela manhã, eu li as declarações do presidente desta Casa, criticando o secretário da Fazenda e presidente da Copel, em função de declarações que ele havia dado, quando ele dizia que a privatização da Copel não tinha absolutamente nada a ver com a situação financeira do governo do Estado.

E assim, até para preservar o presidente dessa difícil situação, porque uma coisa é o secretário da Fazenda justificar a privatização da Copel, porque está atrás de recursos para colocar a situação financeira do Estado, em ordem. Outra coisa, é ele falar como presidente da Copel, uma empresa que tem ações na Bolsa de Valores e qualquer declarações que ele faça pode ser interpretada no mercado financeiro em prejuízo à própria empresa. É uma situação muito difícil.

Logicamente que para ele conduzir esse processo com tranquilidade, ou ele fica como presidente da Copel ou ele fica como secretário da Fazenda. Acredito que a intenção da maioria dos deputados é nesse sentido.

Aqui não posso aceitar e com certeza, até porque quando vi as assinaturas, a grande maioria dos deputados que estavam assinando, eram da base governista.

Então, não é uma questão política. É uma questão que realmente nos parece extremamente necessária para que esse processo seja feito com a mais absoluta tranquilidade, transparência e é a intenção de Vossa Excelência. Tenho certeza absoluta que a intenção de todos os deputados que subscreveram esse requerimento é nesse sentido, que tenhamos esse processo feito com a maior transparência possível e que também possa preservar o secretário da Fazenda que fica numa situação difícil, sendo presidente da Copel.

Eu também acompanhava alguns posicionamentos de pessoas que dizem que o secretário da Fazenda deveria ser mais franco e colocar a real situação financeira do governo do Estado. Ele virá para cá, a esta Casa, no próximo dia 27, e volto a reafirmar: fica muito difícil para ele vir aqui justificar a privatização da Copel ocupando estas duas funções.

Por isso é que subscrevi este requerimento e lhe dou total apoio e ao seu pronunciamento.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Obrigado, deputado.

Não é possível imaginarmos um cidadão com um vaso de ouro e outro com um pires na mão. A função do senhor Ingo Hübner, um na presidência da Copel e o outro vendendo o Estado quebrado, é um com um vaso de ouro e o outro com um chapéu e pires na mão.

Queria pedir a Vossa Excelência, senhor presidente, pelo menos um minuto ao deputado, para não cercar este debate, que é um debate importante para a Casa e para não ser deselegante da nossa parte. Vossa Excelência é democrático.

Concedo aparte ao deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Moysés Leônidas, eu assinei o requerimento, e conversando inclusive com algumas pessoas do povo, a exemplo da população, eu não consegui entender e gostaria de entender: como é que pode um secretário da Fazenda do Estado estar presidindo a Copel, a maior empresa do Estado do Paraná, hoje num processo de privatização?

Há aí uma incompatibilidade. Não que ele não seja competente. Não quero entrar, aqui, no mérito da sua competência. Ele é altamente competente, por sinal. Mas, os cargos, os postos, não bifurcam. Eles divergem.

Então, eu gostaria, deputado, de colocar aqui e deixar claro neste plenário minha posição com relação a isto. Nós não podemos ter, de um lado o secretário da Fazenda, que administra o dinheiro do Estado, ou seja, as contas, administra a arrecadação do Estado, e esta mesma pessoa à frente da privatização da maior empresa. Não! Sob pena de estarmos aqui avalizando quem sabe, num futuro não muito distante, de repente, algum escândalo qualquer.

Então, para que não parem dúvidas, para que não tenhamos dúvida do processo de privatização da Copel, é preciso que ele abra mão deste posto, e nós estamos solicitando isto, neste requerimento, para que possamos ter um processo liso, claro, altamente límpido e cristalino, para que a população lá fora saiba: “olha, houve o processo de privatização...”

Eu vou me levantar, porque tem deputado conversando aqui na frente e fica difícil fazer o aparte a Vossa Excelência. Eu me mantenho em pé para poder olhar nos seus olhos.

Mas, eu gostaria de colocar, aqui, com clareza, deputado, muita clareza: nós não podemos, neste processo, deixar transparecer absolutamente nada de errôneo. Pelo contrário. Nós não podemos, sequer, deixar suspeita. Ele é presidente da Copel e secretário da Fazenda! Ora! Eles sabem da real situação financeira do Estado, e de repente como é que fica a posição dele?

Por isso é que assinei o requerimento e fico feliz em poder assina-lo e mostrar isto para o Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Senhor deputado, nós lhe pedimos para que por favor encaminhe o encerramento do seu pronunciamento.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

lamentoso, deputado isfer, deputado Traiano, que não há mais tempo. Quero entender que o requerimento não é meu, em especial. É de uma série de outros deputados, juntos.

Quero dizer ao deputado Chab que a função daquele que quer bater o pênalti e cabecear é ficar mais ou menos como o cobertor “corta febre”: ele vai cobrir a cabeça e deixar o pé de fora, se não deixar as outras vergonhas.

Era isto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedemos a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Sem formar juízo em relação ao requerimento apresentado pelo deputado Moysés Leônidas, nós achamos que o nome é perfumaria, senhor presidente. O que nos interessa, na verdade, é a Copel. E é por isso que é um requerimento que nós da Oposição vamos discutir, avaliar, para podermos tomar uma posição. O que interessa, como eu disse, é a Copel. É patrimônio público. E não nos interessa, evidentemente, se a Copel vai ser dirigida por Ingo, pelo Pedro ou pelo Miguel. O importante é que tenha uma pessoa eficiente e competente e que seja contra a venda desta estatal.

Venho à tribuna, senhor presidente, para falar sobre os requerimentos apresentados ontem, na sessão, pelo deputado Durval Amaral, nobre líder do Governo nesta Casa, solicitando o Regime de Urgência para alguns projetos de lei.

Inicialmente, com relação ao Projeto de Lei nº 004/2001, nós entendemos que este projeto, efetivamente, merece Regime de Urgência, porque trata de um assunto de fundamental importância para o Paraná, com a construção de uma aduaneira no município de Barracão, divisa com Dionísio Siqueira.

O Projeto de Lei nº 27/2001, do governo, que visa indenizar familiares de policiais militares, também é um projeto que merece agilização desta Casa, porque ele visa fazer justiça a familiares que tiveram policiais militares tombados na defesa das suas atividades profissionais.

Agora, com relação ao Projeto de Lei nº 015/2001, que visa alteração no Estatuto da Polícia Civil do Paraná, somos contrários a que este projeto seja colocado em Regime de Urgência, nesta Casa. Há mais de um ano que o governador Jaime Lerner propagou que iria fazer a mudança no Estatuto da Polícia Civil no nosso Estado.

Quando começou a “pipocar” o escândalo envolvendo a Polícia Civil com o crime organizado, com o narcotráfico, o governador se apressou a ir para a imprensa

anunciar mudanças na Polícia Civil. E as mudanças ficaram no papel. Ficaram na conversa.

E, agora o governador manda para a Assembléia o Projeto de Lei nº 15/2001, alterando o estatuto da Polícia Civil. E pretende que nós deputados, em Regime de urgência, analisemos esta matéria! Uma matéria de alta complexidade.

Uma matéria que exige a análise pormenorizada por parte desta Casa de Leis, que tem que ter a responsabilidade de fazer uma lei eterna, uma lei que atenda aos interesses da laboriosa Polícia Civil do Paraná, não será a “toque de caixa”! Não será no afogadilho. Não será como quer o governador Jaime Lerner, que se assentou sobre esta matéria durante um ano, e agora, encaminha para esta Casa e quer que nós, num apagar de luzes, analisemos este projeto.

Por isso, senhor presidente, nós da Oposição iremos encaminhar contrários ao Regime de Urgência a esta matéria. E por cima, iremos apresentar requerimento na Casa para que o secretário de Segurança Pública, senhor José Tavares, seja convocado a vir à Assembléia Legislativa prestar esclarecimentos, informações, a respeito deste projeto de lei, que dispõe sobre o estatuto da Polícia Civil do Paraná.

(Passa a utilizar o Horário destinado à Liderança do PMDB)

Este projeto de lei, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Paraná, é uma matéria complexa, difícil e que os deputados têm que analisar, estudar, para fazer uma lei que vá de encontro aos interesses do governo e da Polícia Civil do nosso Estado e não no afogadilho, na pressa, como deseja a liderança do Governo aqui nesta Casa.

O outro Projeto de Lei nº 02/2001, de autoria do governo do Paraná que também se propõe que tramite em Regime de Urgência aqui nesta Casa, terá a nossa posição contrária.

Ora! senhor presidente, a Compagás, que é sobre o qual trata esse Projeto de Lei nº 01/2001, pretende alterar o inciso 1º do artigo 1º da Lei nº 10.856, que criou a Compagás no Estado do Paraná. A Compagás é uma empresa onde a Copel possui 51% das ações. Portanto, a Copel é majoritária na Compagás.

E por que também que Assembléia Legislativa teria que rapidamente, urgentemente, alterar as normas, o estatuto legal que previu a criação da Compagás? Por que a Assembléia teria que, num piscar de olhos, atender um anseio do governo do Paraná?

Ora! O governador Jaime Lerner possui uma boa assessoria jurídica, que consegue ludibriar a lei para nomear duas pessoas para o Tribunal de Contas, dois afilhados do governador, além do seu próprio cunhado que já foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas.

Um governo que quando quer, se utiliza dos meios para atender os seus anseios. por que o governador não encaminha para esta Casa projetos de lei com o prazo, com o tempo devida para que esta Casa possa estu-

dar, possa se debruçar para a aprovar leis que atendam o interesse do povo do Paraná?

Chega, senhor presidente! É preciso dar um basta a essa artimanha do governo de querer que essa Assembléia se dobre à sua vontade, ao seu desejo, à sua ânsia de fazer as coisas. É uma falta de respeito à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. O governo do Estado fica o tempo todo, meses, anos dormindo sobre as matérias e quando encaminha deseja que a Assembléia, em uma semana em Regime de Urgência, analise os seus propósitos, as suas idéias.

Por isso, senhor presidente, nós da Oposição também vamos pedir, encaminhar aqui nesta Casa que a Assembléia rejeite o Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 27/2001, porque temos que ter o tempo necessário para tratarmos de um assunto também complexo e também de fundamental importância alterando a lei que criou a Compagás, a companhia que irá distribuir gás, que já distribui gás para o Estado do Paraná.

Esse é o objetivo da nossa vinda à tribuna.

É, na verdade, uma vinda que atende, senhor presidente, a nossa luta de defesa à Copel, porque se nós deputados estamos hoje brigando para que a Copel permaneça nas mãos do governo, se entendemos que a Copel é de fundamental importância para a nossa economia, se não queremos que o governador Jaime Lerner apague essa luz que brilha no Paraná, não venda o patrimônio do povo do Paraná, e mais que oportuno que nós estudemos com muita preocupação essa proposta de alteração da lei que criou a Compagás, porque a Copel possui 51% das ações dessa estatal e no nosso entendimento o que o governo pretende é facilitar para que a Compagás se transfira já para as mãos da iniciativa privada como presente para quem comprar a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a Copel.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Usando esta tribuna para fazer aqui uma declaração de repúdio e outro dia quando registrei a presença do meu irmão, o prefeito de Luisiania, Wilson Tureck, dizendo do município que é um exemplo no Estado do Paraná, exemplo de Brasil, com tantas corrupções que vemos em administrações municipais, prefeituras devendo horrores, são cassações de prefeitos, denúncias e mais denúncias, o município de Luisiania, do meu irmão, é uma prefeitura que no final do ano não ficou devendo um centavo, um litro de gasolina e ainda com 23 mil reais em caixa, um superávit, apenas uma dívida com o Paraná Urbano. E o nosso município de Luisiania, o qual eu represento, vem sofrendo prejuízos por causa de uma burocracia de um órgão que se diz que é de assistência social.

Não é possível, senhor presidente, o município de Luisiania que tem um crédito junto à Previdência Social, porque recolheu rigorosamente em dia todas as parcelas, as contribuições relativas à previdência de funcionários e a parte da prefeitura, tendo um crédito hoje de um milhão e trezentos mil para serem ressarcidos pela Previdência por causa do fundo que foi estabelecido na prefeitura.

Muito bem, senhores deputados, o município tem recursos a receber desde o mês de setembro do ano passado, conclusões de obras já com recursos antecipados do município e os recursos não podem ser liberados porque o INSS, através do juiz da Justiça Federal que tem que dar esta certidão e que fica julgando, está julgando as contas do município porque tem este ressarcimento para ver se é justo ou não.

Ora, deputado Orlando Pessuti, se o município recolheu rigorosamente em dia por que a Previdência Social não dá esta certidão, fica jogando em cima para o Rio Grande, volta para a Previdência novamente e o povo de uma cidade sendo desrespeitado e o prefeito que não consegue pegar os recursos que já estão liberados a nível de governo do Estado desde setembro do ano passado.

Portanto, quero deixar aqui, quando se vê tanta burocracia, se vê tanto roubo na Previdência Social, como disse o ministro na época que era o ministro da Previdência Social, o deputado Reinhold Stephanes, a Previdência Social arrecada tanto dinheiro, mas tanto dinheiro e que é muito difícil combater o que vem acontecendo, as corrupções a nível da Previdência. Cada vez você vai vendo, são quadrilhas e mais quadrilhas que se aperfeiçoam e roubam dinheiro do trabalhador e quando o município, que contribui em dia, que precisa de uma simples certidão dizendo que o município não deve nada, fica esperando faz seis meses.

Isto é uma vergonha e nós vamos mandar um ofício ao presidente e também ao presidente da República para que não aconteça um povo sendo penalizado por uma burocracia de pessoas que trabalham na Previdência.

Era este o registro, senhores deputados, que não podemos, nós que somos deputados, que defendemos o povo, o interior, não é possível que se faça essa maracutaia, jogando Previdência, para que seja julgada através da Justiça Federal e o município sendo penalizado, não podendo pegar recursos, já faz oito meses.

Era esse o meu desabafo, que tenho que fazer, não só porque é Luisiania, mas faço, independentemente de qualquer município do Paraná, onde os senhores representam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, vivemos uma crise de afirmações, de dúvidas, em relação à questão da Copel.

Afinal de contas quem está falando a verdade? O governador Jaime Lerner, o secretário Ingo, quem é que está dizendo a verdade em relação à Copel? Porque há um momento em que o governador vem e afirma que está atendendo um apelo nacional do presidente da República, em outro momento, diz que o Estado está em condições difíceis, financeiras; em outro momento o Ingo fala que a Copel tem que ser vendida, porque senão daqui, três anos, ela não terá condições de competitividade.

Esta Casa não pode ficar silenciosa, em buscar a verdade sobre o que existe em relação a Copel. Debates ocorrem, onde, em determinada ocasião, o representante da Copel se faz presente, outra não. Mas, estranhamente, no dia seguinte está aqui na Assembléia - a informação para a televisão, foi que estava em Brasília. Fica difícil.

Aí, vimos uma luta de gigante, do deputado Durval Amaral, procurando cobrir essas falhas que são provocadas pelo próprio governo. Difícil missão de ser líder do governo.

Senhores deputados, venho à tribuna, nesta tarde, para fazer a leitura de um requerimento que estamos encaminhando à Mesa da Assembléia, onde diz:

(Lê): "Requer o afastamento do doutor Ingo Henrique Hübert da presidência da Companhia Paranaense de Energia Elétrica"

Senhor presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, solicitam ao senhor governador Jaime Lerner, após ouvido o douto Plenário, o afastamento do doutor Ingo Henrique Hübert, da presidência da Companhia Paranaense de Energia - Copel, tendo em vista o processo já desencadeado de privatização da companhia.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(aa) TONY GARCIA, RICARDO CHAB, LUIZ CARLOS MARTINS, GERALDO CARTÁRIO, HIDEKAZU TAKAYAMA, ALGACI TULIO, LUIZ ACCORSI, AUGUSTINHO ZUCCHI, EDNO GUIMARÃES, CESAR SELEME, MARCOS ISFER, MOISÉS LEÔNIDAS.

Nós parlamentares, que assinamos este requerimento fazemos a seguinte justificativa, que pode ainda ser acrescentada, evidentemente, por outras justificativas. JUSTIFICATIVA:

A substituição do doutor Ingo Henrique Hübert, da presidência da Copel, faz-se necessária tendo em vista que o processo para revestir-se de transparência não pode ter à frente da discussão de privatização o presidente da empresa que ao mesmo tempo acumula a função de secretário de Estado da Fazenda, preocupado com as finanças do governo do Estado.

Dentro dos princípios da moralidade e da ética, a maneira correta de tratamento da coisa pública, com transparência e lisura na administração pública.

Sugerimos que a substituição seja feita por um técnico de carreira da empresa, de forma imediata para não prejudicar a imagem da empresa junto ao mercado e a sociedade paranaense.

Este requerimento senhor presidente e senhores deputados, é assinado pelos deputados Ricardo Chab, Algaci Tulio, Moisés Leônidas, Luiz Carlos Martins, Augustinho Zucchi, Marcos Isfer, Luiz Accorsi, Edno Guimarães, Cesar Seleme, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Toni Garcia, Cezar Silvestri, Luiz Fernando da Silva Litro e Fernando Ribas Carli.

Esta documento assinado está colocado à Mesa desta Casa, nesta tarde para ser votado pelo plenário desta Casa.

E nós esperamos que realmente ele seja aprovado, muito embora haja recuso regimental através do líder do governo, mas é necessário que esta Casa se debruce em cima dessas dúvidas: o que é que está acontecendo? propaganda oficial do governo, fala que outros Estados atenderam uma determinação do governo federal.

E aí, pergunta-se: aonde é que está a autonomia do Estado, será que se o Fernando Henrique mandar vender qualquer outra coisa aquilo no Paraná o governador tem que vender, tem que atender porque é um pedido do FMI que pressiona o governo federal, e este pressiona os seus governadores estaduais? Será que é esse o caminho minha gente?

Como é que estão as finanças do Estado? O presidente da Copel fala que o Estado está bem, que já está honrando alguns compromissos; mas me parece que não é isso que nós sentimos aqui nesta Casa com a ida e vinda de prefeitos em busca de recursos.

Como é que está a situação financeira do Estado? A Copel vendida para cobrir furo do Estado ou a Copel é vendida porque há o interesse do governo federal?

Então, são esses questionamentos que nós estamos fazendo neste momento através desse requerimento. eu acho que a saída do doutor Ingo preserva até a imagem dele como profissional, como administrador, que hoje se coloca em duas frentes: numa como presidente da Copel, numa como secretário de Estado, numa diz que a empresa tem que ser vendida porque senão daqui a dois ou três anos ela perde a competitividade. Quer dizer é uma situação difícil na verdade.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Vossa Excelência me concede um aparte?

Assentimento.

Deputado Algaci Tulio, parabéns pelas colocações. Eu subscrevi esse requerimento porque entendo que é preciso haver bastante transparência nesse processo. E faço esse aparte para fazer um apelo ao líder do Governo, deputado Durval Amaral, regimentalmente ele pode vir para discutir esse requerimento e ele ser colocado em votação na sessão de amanhã, quinta-feira.

Eu faço um apelo ao deputado Durval Amaral, líder do Governo, para que não use o Regimento neste

caso, e que votemos nesta tarde esse requerimento que é da maior importância.

E vou mais além deputado Algaci Tulio, não era nem preciso apresentar esse requerimento, essa era uma atitude que deveria ser tomada lá, pelo Poder Executivo.

O presidente da Copel não pode acumular a secretaria da Fazenda com a presidência da Copel, não combina essa ligação.

Essa ligação não faz bem para a transparência de todo o processo.

É um apelo que eu faço, creio que em nome de todos que assinaram este requerimento, ao deputado Durval Amaral, que não peça para discutir o requerimento esta tarde, e que votemos hoje, dado o sentido de urgência e de interesse do povo do Paraná.

O SR. ALGACI TULIO

E nenhum outro motivo nos move a dar entrada neste requerimento, a não ser isso, a lisura do processo, a moralidade quanto ao prosseguimento desse processo de negociação, de discussão com relação à privatização, ou não, da Copel. Não é nada pessoal ao doutor Ingo, absolutamente, em quem reconhecemos um grande profissional, mas é pelo fato que se fique bem á vontade, o presidente da Copel, fique na sua posição de secretário de Finanças deixe a presidência da Copel, na mão, de preferência, de um técnico de carreira da empresa.

Concedo o aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o parte, deputado Algaci Tulio e justamente quero fazer dessas suas últimas palavras as minhas, porque há uma necessidade premente neste momento por parte do próprio governo, de preservar todo este processo que está acontecendo. Nós não podemos esquecer que foram negociadas, na Bolsa de Nova York, fora inclusive do Brasil, ações da Copel. Essas ações, naturalmente, cada vez que elas sofrem um ataque, cada vez que elas sofrem um problema, e está hoje o exemplo claro da Petrobrás, a caída das ações da Petrobrás, em virtude de problemas ambientais que ela tem sofrido.

Então, nós entendemos que o fato do secretário de Finanças do Estado do Paraná estar acumulando o cargo como presidente da Copel, em determinados momentos - declarações que o doutor Ingo tem feito podem prejudicar inclusive o valor da própria Copel. É um valor que agora, a partir deste momento, começa a ser levantado. Sabemos que inúmeras empresas apresentaram suas propostas, mas não podemos, em hipótese alguma, - neste momento em que temos um balanço extraordinário da empresa, e que aliás muito gente diz que este balanço aparece só pela metade, que teria valores até maiores, e por isso que foi requerido, neste Plenário, as Atas dos Conselhos, para que se possa observar, efetivamente, o comportamento da empresa e com isso se possa preservar a transparência do processo, sem que haja nada de pessoal nisso, sem que haja, em momento algum, qualquer

tipo de crítica à pessoa, mas sim à atitude de se acumular duas funções, que são plenamente incompatíveis, neste momento.

O SR. ALGACI TULIO

É nesta linha que estamos atuando, neste momento, em relação à preservação da imagem do doutor Ingo, como secretário da Fazenda ou como presidente da Copel. Tem que definir, ou é presidente da Copel ou é secretário da Fazenda, porque anteriormente o secretário Giovani Gionédís ou é secretário da Fazenda e não acumulava a presidência da Copel ou a presidência do Banco do Estado do Paraná. É a mesma situação em relação à questão agora da Copel.

Concedo o aparte ao deputado Beraldin.

O Sr. Beraldin

Deputado Algaci Tulio, quero cumprimentá-lo por esta oportuna proposta, que vem respaldada pela maioria dos deputados que compõem este Plenário e discorrer um pouco sobre a privatização da Copel.

Vossa Excelência tem tido uma postura muito coerente e muito competente, no comportamento, tanto na tribuna como no dia-a-dia aqui, da Casa.

E gostaria de levantar uma questão, o governo do Estado cedeu um bilhão e meio de reais para o BNDS, e deu como garantia as ações da Copel que somam aí, parece que 24% das ações da Copel, que estão nas mãos do BNDS. Esse um bilhão e meio que foi caucionado pelo BNDS teria um prazo para o resgate das ações. Há perspectiva do governo de resgatar estas ações? Ou onde foi investido esse um bilhão e meio de reais que ingressou no Tesouro do Estado e que nós não sabemos, até hoje, no que efetivamente foi aplicado, até porque nessas Casa não veio nenhuma prestação de contas de nenhum período legislativo, nenhum período do atual executivo estadual.

Então, logo se nota que esta Casa não analisou como ingressou esse dinheiro no Tesouro do Estado, visto que nós tínhamos aprovado um orçamento e depois surgiu esse fato novo, o governo dando cauções de ações, ingressando então um outro dinheiro extra-orçamentário.

Então essa é uma discussão que nós tínhamos que levantar para saber como ingressou esse dinheiro, se o Estado tem perspectiva de resgatar essas ações e, ou onde o Estado aplicou esses recursos que são evidentemente parte do comprometimento das ações da Copel.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Algaci Tulio, nós reconhecemos que o assunto Copel é realmente um assunto muito conflitante. É um assunto que tem ocupado os espaços da imprensa estadual como um todo, da sociedade como um todo e que na verdade merece uma atenção por parte de todos os parlamentares dos segmentos organizados da sociedade, enfim de todos aqueles que entendem que o Paraná realmente precisa desta atenção diferenciada de todos nós.

Agora, é oportuno dizermos aqui e já nos manifestamos em outras oportunidades, e Vossa Excelência questiona nesta tarde mais uma vez com relação à definição de política nacional, onde esta política nacional de governo visa a desregulamentação do setor energético do País e que praticamente todos os Estados do País acabaram tendo que se submeter a esta imposição do governo federal sob o ponto de vista de viabilizarem as administrações dos Estados brasileiros, e lamentavelmente aqui no Estado do Paraná.

Nós não estamos fugindo à regra, quem sabe o Estado do Paraná é o último apagar a vela diante desse quadro caótico que lamentavelmente foi imposto pelo governo federal, governo este sustentado por partidos que hoje contrariam aquilo que se defende aqui no Paraná, que é a privatização da Copel.

Lamento ouvir dos parlamentares aqui e respeito até este requerimento de Vossa Excelência no sentido de pedir o afastamento do presidente da Copel, senhor Ingo Hübert. Entendo que a decisão de venda ou da privatização da Copel, ela não é uma decisão pessoal do nosso presidente Ingo Hübert, ela não é uma decisão pessoal do nosso presidente Ingo Hübert, ela é uma decisão de governo em função de todo um quadro apresentado e acenado na federação brasileira de uma política nacional de privatização.

Portanto, o doutor Ingo Hübert é um homem respeitado nacional e internacionalmente, nós o conhecemos, tivemos a felicidade de acompanhá-lo em algumas incursões fora do Brasil mostrando a Copel, colocando a Copel como empresa hoje respeitada internacionalmente. É uma grande verdade. Agora entendo que a Assembléia Legislativa do Estado já discutiu em muito sobre isso.

Aqui nós aprovamos um requerimento para a vinda do Ingo e de outras autoridades que não defendem e não advogam a idéia da privatização.

Então o fórum maior para esta discussão com certeza é esta Casa de Leis que terá oportunidade de mostrar ao Paraná o lado do governo e o lado que com certeza estabelece o contraditório.

Acho que é oportuno, deputado Algaci, que a Assembléia realmente e o governo querem essa transparência.

Não será o presidente Ingo Hübert que vai dificultar ou criar qualquer obstáculo para que possamos fazer um bom processo de privatização da Copel nesse ano de 2001.

Com certeza o governo quer a transparência total e essa transparência poderá acontecer com a participação efetiva da Assembléia constituindo aqui uma Comissão de Fiscalização de acompanhamento do processo de privatização. A Assembléia já defendeu essa idéia, tem aqui um requerimento nesse sentido.

Portanto, essa transparência poderá, com certeza, ser acompanhada de perto pela Assembléia e por outros segmentos da sociedade, que exercerão o papel de fiscalização. Quem sabe o Tribunal de Contas, poderes consti-

tuídos do Estado, que terão o poder de fazer todo esse acompanhamento do processo de privatização da Copel.

Não será o afastamento do presidente Ingo Hübert, um homem com certeza conceituado e respeitado, no Paraná e no Brasil como um todo, que vai fazer com que a Copel possa sofrer um desgaste na sua privatização.

Respeito o requerimento de Vossas Excelências, mas entendo que esse não é o momento oportuno para dar esse encaminhamento.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

O presidente foi bastante gentil com o deputado Traiano. Peço mais um minuto para concluir, porque o deputado Traiano não fez só um aparte, fez um discurso paralelo. Eu, como companheiro da Bancada do PTB, evidentemente que não me opus a isso.

Mas, dizer ao deputado Traiano, mais uma vez, quero deixar bem claro, que nada pessoal em relação ao doutor Ingo, com relação ao requerimento.

Segundo, outros Estados venderam as suas empresas e até deram graças a Deus que saiu essa lei federal, porque tinham que se desfazer do “mico”, que estava lá na mão deles, que era empresa deficitária. Quem dera São Paulo, Rio Grande do Sul ter uma Copel, meu Deus do céu!

Quem dera ter uma Furnas, como tem lá Minas Gerais. Ontem, estive aqui Itamar Franco fazendo as suas colocações.

Agora, é inadmissível, deputado Traiano, por exemplo: “o senhor tem um automóvel, que é de boa qualidade, excelente marca, está inteiro e o senhor quer vender. O senhor vai depreciar o seu veículo? Depreciar o seu veículo dizendo: eu tenho que vender porque daqui a um mês esse carro estará com o preço defasado”?

Assim está agindo o presidente da Copel. Quer vender uma empresa de uma extraordinária qualidade como é a Copel, e dizendo que se não vender agora, daqui a um ano a dois anos, vai ter que entregar a preço de banana.

É isso que nós não queremos.

Nós queremos a clareza dos fatos.

Não queremos que ele venha dizer de futurologia. Está cheio, vamos procurar a Mãe Diná, vamos procurar outros videntes por aí. Não precisa o doutor Ingo vir dar uma de Mãe Diná aqui, dizer que daqui há três anos a Copel perde a competitividade!

Nós queremos coisas sérias e concretas e para isso é que precisamos discutir, é por isso que esses parlamentares que assinaram esse documento, senhor presidente, diante da responsabilidade que cada um tem e do que cada um está sentindo da opinião pública aí fora, é que tomamos essa decisão. Nada pessoal ao doutor Ingo Hübert, mas pela ética, pela moralidade e pelo bom comportamento nessa discussão, é que nós pedimos o seu afastamento.

Aliás, preservando mais uma vez, a sua imagem de competente homem técnico e profissional que é.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Grande Expediente, deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente e senhores deputados.

Pediria a atenção dos companheiros desta Casa, para um assunto extremamente grave, que está vinculado ao cotidiano, à vida de cada um dos senhores.

Pediria então a atenção de todos os companheiros pela denúncia que queremos aqui trazer e já encaminhar à Mesa um voto de repúdio diante do que está acontecendo.

Tentem imaginar os senhores, os que são católicos ou os evangélicos, da Congregação Cristã ou qualquer profissão religiosa.

Imaginem os senhores assistindo uma missa com os seus filhos e esposas, e as senhoras com seus esposos participando de um culto e, de repente, entra dentro da sua igreja, um grupo de pessoas armadas, um grupo de homens altamente armados com escopetas, metralhadoras, dentro da igreja.

Isso parece ser coisa lá da Colômbia. Mas esta noite de terror, de pânico, aconteceu aqui em Curitiba. Por volta das 21:20, entrou um grupo de pessoas, armadas com escopetas, metralhadoras.

Agora, pasmem, senhores deputados, não foram bandidos, não foram quadrilhas traficantes. Foi a nossa própria polícia! O batalhão da Rone, prefixo 4532 e uma outra viatura da Polícia Militar de prefixo 4840, entraram dentro da nossa igreja, num horário de culto.

Pasmem os senhores! Imagine a sua senhora, deputado Edno Guimarães, lá na sua Congregação Cristã, assistindo ao culto e a metralhadora ser dirigida na testa da sua esposa, pedindo que se cale a boca e que prendam alguém na sua Igreja.

Imaginem os católicos aqui, o padre realizando a missa e de repente, a polícia entra com a metralhadora, querendo interromper o culto. Pois foi isso o que aconteceu numa igreja Assembléia de Deus, da qual eu sou membro e trago aqui hoje, uma comissão de pastores extremamente chocados, entristecidos, porque isto está ferindo o direito de cidadania, está trazendo uma arbitrariedade, um momento que nunca vi e não me lembro, na história da nossa Igreja ou da Católica, que algo desse porte tenha acontecido num país democrático como o nosso.

Aqui foi a igreja de Zumbi dos Palmares. Os fiéis viveram horas de terror ali. Mão na cabeça, chorando, pastor tentando dizer: “por favor, senhor policial...” e ele dizia: “cale a boca e abaixe os olhos”, porque ele queria identificar quem era.

Não é possível que uma situação dessa perdure!

Quando o atual secretário da Segurança Pública, doutor José Tavares era companheiro nosso nesta Casa, muitas vezes, numa atitude de companheirismo, nós brincávamos, chamando-o de “o baixinho da Kaiser”, mas parece que agora, o “baixinho da Kaiser”, na frente da Secretaria, na sua fantasia, virou o “Rambo”. Não posso aceitar isso, senhoras e senhores.

Com todo o respeito e amizade, acho que não é hora e não podemos aceitar essa situação porque essa truculência está acontecendo em todo o Estado, e se isso persistir, quero declarar aqui a esta Casa que se uma medida não for tomada, não vale mais a pena ser deputado aqui, porque senão vamos virar fantoches para que nada possa acontecer e a coisa continua da mesma maneira e providências não estão sendo tomadas.

Concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Hoje logo pela manhã, tomei conhecimento e depois, Vossa Excelência também me trazendo essa notícia, confesso que é muito triste, porque a polícia que deveria existir para dar segurança ao cidadão, aqui no Paraná, comandada pelo José Tavares, é uma polícia que mete medo.

Agora, se a polícia já está com tempo de sobra para entrar nos templos, para agredir os membros de uma igreja, então imaginem como devem estar os “mocós”, esse bares que vendem drogas e como estão vivendo esses malandros na periferia que amedrontam toda uma população.

Quero me solidarizar com Vossa Excelência, com os pastores aqui presentes e dizer que isto é um desgoverno, porque uma atitude dessa, comandada pelo secretário Tavares, bota mais uma vez na berlinda o governo do Lerner, porque o mundo evangélico é um mundo extremamente unido, porque vive da fé, da oração, da esperança e não tem muito tempo, sobretudo, para comungar com os desmandos e com os desgovernos, que na hora de dar o seu voto é uma classe unida, porque quase sempre respeita a lei e faz com que seja cumprida, mesmo que, às vezes, silenciosamente.

Acho este ato arbitrário. Mais um desmando. E vai aqui a frase popular: “na casa que falta pão, todo mundo fala e ninguém tem razão”.

Lá na minha cidade não tem gasolina e aqui também não tem. Aqui, o que sobra é uma polícia violenta, em função até do descaso que o governo tem para com ela no aparelhamento do salário, na aprovação. A polícia está agindo desta forma porque também ela está sofrendo e há muito tempo.

Então, quero aqui me solidarizar com Vossa Excelência, mais uma vez, e mostrar todo o meu repúdio e minha indignação e dizer aos senhores pastores que não é com ensinamento cristão de quem toma um tapa de um lado da face e vira o outro. Aqui nós temos que fazer valer a lei e sobretudo a disposição que Vossa Excelência

tem em comandar os seus fiés nesta congregação. Acho isto um ato extremamente arbitrário.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Eu sei que aqui nesta Casa existem deputados intimamente ligados ao setor da Segurança Pública, como é o caso do deputado Ricardo Chab, que é presidente da comissão que vê estas questões do narcotráfico, como é o caso do Algaci Tulio.

Muitas vezes, eu achava que nos depoimentos, como os do deputados Luiz Carlos Alborghetti, imaginávamos que era um exagero da parte dele. Mas, hoje, deputados, eu fico estarecido, horrorizado, na condição de cristão, de ver uma agressão desta envergadura. Vale, aqui, acrescentar, nós sabemos que existem bons policiais, não estou generalizando nem a Rone nem a Polícia Civil, mas que pelo menos, então, o secretário de Segurança Pública nos dê, neste requerimento que estamos fazendo, o nome destes indivíduos que envengonharam a Corporação, e que por causa deles, toda uma Corporação acaba sendo denegrida.

Eu pedi os nomes e não quiseram me dar. Então, quero requerer junto à presidência desta Casa que os nomes destes indivíduos, que para mim polícia não são, não merecem a farda que estão usando, que os nomes deles posam ser aqui trazidos, para que possamos tomar as providências.

Na mesma igreja de Zumbi dos Palmares, eu lembro-me de uma senhora, senhor presidente, que no passado, antes de ser uma cristã ou membro da Igreja Assembléia de Deus, levou uma vida, vamos dizer, de prostituição. E há alguns anos ela veio para a Igreja, naquele sentimento amoroso, num sentimento de conversão, de uma mudança radical na sua vida, ante a perspectiva de ter agora seu coração voltado para Deus, quero com o exemplo desta mulher, dizer que são milhares de pessoas que no passado foram pessoas de vida alijada da nossa sociedade, do convívio social, como prostitutas, como pessoas ébrias inveteradas, pessoas que não tinham recuperação, viciadas no álcool, pessoas que queriam sair do vício da prostituição e da pornografia, pessoa que eram bandidas.

Alguém me perguntou: mas, será que não tinha bandido lá dentro? Tinha, sim! Na nossa igreja tem muita gente que foi bandido, mas, que foram recuperados! O sistema carcerário não favorece a recuperação de vida.

Agora, perguntem aos diretores de penitenciárias, aos diretores das cadeias, quais são as pessoas que mais ajudam nossa sociedade, sem ônus, sem um centavo de custo! Os nossos governos, os nossos cofres públicos, que fazem o trabalho, muitas vezes, anônimos, e que tiram pessoas que não tinham condições de ser recuperadas!

Eu vou dar um exemplo: hoje nós falamos muito no Fernandinho Beira Mar. mas no passado, há poucos anos, tinha um homem pior que o Fernandinho Beira Mar! Era um tal de Pixote, no Rio de Janeiro.

Hoje, ele é presbítero da nossa igreja, dando exemplo, buscando nas cadeias, transformar as pessoas. Não fosse a igreja, seria mais um assassino a matar centenas de pessoas! A estatística seria outra. Vejam o Escadinha! Vejam o Gordo, da Favela do Borel, no Rio de Janeiro! Vejam se vocês vêem este nome, hoje, nas páginas policiais! Não estão mais! Por quê? Porque a nossa igreja, a igreja evangélica, a Igreja Católica está fazendo um trabalho, reintegrando estes indivíduos à sociedade.

Mas, agora, a nossa polícia - Meu Deus do Céu, não dá para entender - lá na igreja, numa truculência sem precedentes, não me lembro que isto tenha acontecido em nenhum momento na história desta Corporação que tantas glórias trouxe, mas que hoje tem, com esta atitude, uma mancha irreversível, entra na igreja para proceder desta forma. Imaginem os nossos irmãos, com a mão na cabeça no chão, passando uma hora de terror por causa destas arbitrariedades.

Quero dar um aparte do deputado Tiago Amarin, depois ao Algaci Tulio, e na seqüência ao Ricardo Chab.

O Sr. Tiago Amarin

Deputado Takayama, sendo solidário com Vossa Excelência e com todos os irmãos que foram humilhados nesta ação truculenta, nas últimas horas, demonstra mais uma vez que a insegurança pública, no Estado do Paraná explode de maneira violenta nos quatro cantos do nosso Estado.

Na nossa região oeste a realidade é um pouco pior, meu amigo Takayama, meus amigos deputados, senhor presidente. Na cidade de Cascavel assaltantes aterrorizam diuturnamente a população. Furtos de veículos, arrombamento, e uma série de ações terroristas no interior do estado. Na cidade de Foz do Iguaçu, da mesma forma. Quase 200 veículos furtados em apenas dois meses e uma onda de assaltos que apavora aquela população. E aqui está o prefeito Samis da Silva, que comprova esta realidade.

Esta semana nós utilizamos da tribuna para fazer um apelo ao secretário de Segurança Pública, ou se coloca um ponto final nesta balbúrdia, nesta desordem, ou o secretário da Segurança Pública tem que pedir o boné e ir para a casa, porque o povo do Paraná já não suporta mais tanta insegurança. e me parece que não estão querendo ver o sofrimento da população, principalmente dos mais humildes, que moram nos bairros periféricos do Estado do Paraná, porque o rico tem seus privilégios e seus benefícios, tem influência, tem amigos.

Mas, o povo que nos colocou, este às vezes murmura, nos nossos programas policiais do interior do Estado, do Alborghetti, do Moysés Leônidas e outros radialistas, o Luiz Carlos, e assim por diante.

Então, é importante que o secretário saiba que nós estamos aqui para representar a população e para lhe falar da deficiência, da falta de material e de condições para os policiais trabalharem. Sem contar, ainda, Takayama que na nossa região, em uma semana, tivemos a prisão de oito

policiais envolvidos na corrupção, no esquema do crime organizado.

É um apelo que voltamos a fazer ao secretário e ao governo do Estado, para que reveja, emergencialmente, a questão da segurança pública, porque senão, daqui alguns dias, não vai ser só a Igreja evangélica. Vai ser a Igreja católica. Vai ser a Igreja católica, a apostólica e a romana que serão invadidas pela PM.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Muito obrigado, deputado Thiago Amorim.

Eu queria consultar à mesa, à Presidência: eu coloquei o nome do pastor cujos policiais pediram para ele abaixar a cabeça, porque queria ver o nome, se na justificativa, senhor presidente, e é uma consulta que faço, se dá para apagar o nome dele, porque eu até fico preocupado se este pastor não vá acabar sofrendo retaliação e aconteça algo de pior a ele.

É uma consulta que eu queria fazer à Mesa.

Concedo um aparte ao deputado Algaci tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Em primeiro lugar, deputado Takayama, a nossa solidariedade a todos os membros da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, onde temos grandes amigos, onde temos o líder maior que é o pastor Pimentel.

A satisfação de inúmeras vezes conviver com a comunidade evangélica da sua igreja e de participar em vários cultos, recentemente agora há questão de uns 15 dias atrás, na Igreja Assembléia de Deus, no Jardim Paranaense, do nosso amigo Jerônimo, onde estivemos presentes.

Deputado Takayama, na verdade, a Vila Zumbi dos Palmares é talvez hoje uma das áreas mais violentas que temos na região metropolitana, especialmente no município de Colombo, como bem sabe o deputado Edson Strapasson que foi prefeito daquela cidade.

E onde foi se instalar a igreja? Onde mais se precisava dela, lá que a igreja foi se colocar. Agora eu pergunto: será que lá não tem bar? Será que lá não tem boate? Será que lá não tem danceteria? Será que lá não tem mocó? A igreja que está lá instalada, com toda a enorme dificuldade, na tentativa de recuperar e dar um alento a muita gente daquele local, gente sofrida, gente desempregada, gente sem esperança, gente desesperada, a igreja foi lá para fazer esse trabalho de evangelização e de levar uma esperança a essa gente.

E a polícia resolve bater justamente na igreja, Excelência, não em nenhuma ação da Polícia Militar que saia sem um boletim e sem uma direção. Se Vossa Excelência colocou o requerimento na mesa, há que se perguntar inclusive o roteiro dessa blitz da Polícia Militar. E até perguntar em quantos bares passou antes; em quantos mocós passou antes, quantas pessoas prendeu, e porque razão lá na sua igreja. Qual a razão para ela ir lá?

Todo esse roteiro, todo esse processo existe. Portanto, é muito fácil, claro que há um comando de um ofi-

cial que estava à frente dessa operação, os demais policiais certamente por uma questão de obrigação atenderam esse comando. Mas, infelizmente, com uma ação muito errada, absurda, que não existe justificativa até para dizer “não, mas a informação é que estávamos perseguindo um bandido e ele entrou na igreja”. Agora, chegar ao ponto de mandar o pastor colocar a mão na cabeça, a mulher, o cidadão idoso, a criança que está lá. Imaginem o caos que provocaram dentro da igreja.

Tem a minha solidariedade!

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Obrigado, deputado Algaci Tulio.

Concedo um aparte ao deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Takayama, eu gostaria na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública, que a comissão se reunisse para ouvir esse pastor. E vamos ouvi-lo oficialmente e vamos convidar, por que nós não temos o poder de convocar, infelizmente há essa falha na comissão de Segurança, mas vamos convidar o comandante da Polícia Militar para vir falar com essas pessoas com os religiosos que foram humilhados. Eu até ironizava aqui, me perdoa e aqui vai em tom irônico, será que a polícia iria invadir a igreja no Batel, deputado? Será que a polícia iria fazer a mesma coisa no bairro do Batel? É claro que não, porque ela sabe que ali são pessoas humildes, pessoas simples e, de repente, poucos têm a quem recorrer.

Mas fico feliz, deputado, quando ouço a sua voz sendo a voz daquele povo sofrido da Vila Zumbi dos Palmares e clamando por justiça.

Então, quero deixar clara a minha posição, depois eu gostaria que o senhor me passasse os nomes, os endereços. A Comissão de Segurança vai convidar essas pessoas. Vamos fazer uma audiência e junto nesta audiência vai estar o comandante da Polícia Militar que pelo menos a desculpa oficial esse comando vai ter que pedir aos religiosos.

Muito obrigado, deputado.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Eu é que agradeço, deputado Ricardo Chab, porque neste momento a gente fica até sem ação diante da tamanha eloquência com que a violência acaba partindo daqueles a quem nós esperávamos uma ação exatamente contrária. Basta dizer, deputado Ricardo Chab, que lá na frente da nossa igreja, na Cândido de Abreu, os bandidos já descobriram que na hora do culto, o pessoal fica na igreja; já descobriram que o horário do culto é o melhor horário para roubar carros e eles roubam um ou dois carros por culto, principalmente nos domingos e eu já descobri onde eles se reúnem pedi para o policial mandar uma viatura para olhar aqui porque, na hora do culto os ladrões se reúnem no bar na rua Senador Xavier da Silva, em frente ao Posto Ipiranga e até hoje não foi ninguém.

Não aparece. Lá não aparece. Aparece para fazer a truculência dentro da igreja.

Gostaria que a comissão e pastores da igreja que está aqui, pastor Marcos Antonio da Silva, o presbítero Robão Senegaglia, o secretário Leandro Lucazik e o presbítero Josué Alves da Silva.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Em primeiro lugar eu não vou ser hipócrita. Estou cansado de armações. Tudo o que você fala no Parlamento ou na Televisão eu consegui prender, ajudei a prender dois traficantes que tentaram matar um filho meu, os dois traficantes apareceram encapuzados na CPI falando do meu filho que é doente e a minha vida é um livro aberto, não devo a ninguém, e hoje esses canalhas, esses assassinos estão pagando caro o preço da difamação e eu fico revoltado porque a semana passada um grupo da P2, da Polícia Militar, esse grupo foi atraído, meu querido deputado Takayama, meu irmão na Vila Zumbi dos Palmares pela vagaranha chamada Vera Lucia e o Chab é testemunha disso.

A Vera Lúcia atraiu os policiais na Vila Zumbi dos Palmares onde moram famílias decentes, honradas e trabalhadoras, houve um grande tiroteio e a quadrilha dessa vagaranha” depois eu digo ao senhor o que quer dizer “vagaranha”, na gíria policial ela foi presa e ela é a maior narcotraficante do Zumbi dos Palmares.

Essa canalha esta assassina de milhões, que matam os nossos filhos, rasgam a Constituição na cara das nossas esposas e das nossas famílias, está presa, graças a Deus. E houve esta seqüência, talvez, de irresponsabilidade e não foi a P2, foram outros policiais que lá estiveram e lamentavelmente o que me dói na alma, eu que defendo tanto esta gloriosa Polícia Militar e as instituições sérias do meu estado, como Ministério Público, o Poder Judiciário e a Ordem dos Advogados do Brasil, eu não entendo o porque desses homens adentrarem a igreja Evangélica Assembléia de Deus, que uma delas, de Almirante Tamandaré realizou até um culto para o meu neto que está em estado grave, eu não entendo o porque de violentar os direitos de uma igreja evangélica que nada faz a não ser levar a mensagem de Cristo que é nosso irmão, filho de Deus, que é o maior, nada mais faz do que pregar a religião, catequizar, orientar, trazer para o seio da comunidade, aqueles que estão no labirinto negro da violência, do narcotráfico, do crime organizado e de tantas outras desgraças, que temos não só no Paraná, mas no Brasil e no mundo inteiro.

Repudio, como membro da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, formada por 54 deputados honrados e que têm vergonha na cara. Este é um Parlamento sério e em nome deste Parlamento, em nome da minha Comissão de Segurança, presidida pelo deputado Ricardo Chab, quero que esses policiais venham à Assembléia Legislativa e digam

na minha cara, no meu rosto limpo - se os senhores querem que eu fale assim, no rosto dessa comissão séria que tem dentro deste Parlamento, como são as demais - por que invadiram a Assembléia de Deus, por que meteram a “máquina” na boca, no rosto ou na cabeça de um pastor evangélico. Lá não está o crime organizado. Lá na Igreja Assembléia de Deus ou em qualquer outra igreja evangélica do meu Estado, do meu País, não está o narcotraficante, o ladrão de carros. Lá estão, sim, famílias decentes, honradas, para ouvir a mensagem evangélica que doutrina as nossas almas e os nossos corações.

Conte com o meu apoio sempre.

Amanhã levarei ao ar a sua denúncia. Ficarei ao lado do deputado Ricardo Chab e desta Comissão honrada, para que aqui eles venham e digam nas nossas faces, o porquê de invadir a Igreja Assembléia de Deus, por ela estar não no palácio do rico - no palácio do rico, eles não vão adentrar, não têm peito e coragem. Eles vão adentrar na igreja que está instalada na cabana do pobre, como se fossem os donos da verdade.

Conte com o meu apoio e com o apoio da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, um dos melhores parlamentos do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Quero agradecer a solidariedade, porque alguma coisa tem que ser feita, meus amigos. Isso está se refletindo diretamente nos nossos lares.

Concedo um aparte ao deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Takayama, é uma oportunidade que Vossa Excelência nos dá, vir aqui comungar o quanto as igrejas constituídas do nosso Estado contribuem com a segurança do nosso povo, independente de que igreja seja, católica ou evangélica. Mas sempre que aqueles movimentos buscam, a juventude, a sociedade, para dentro da igreja, é uma segurança total que temos na convivência da sociedade.

Vossa Excelência que representa, aqui, a igreja, meus parabéns, e transmita a todos os seus companheiros, líderes e religiosos, que esse fato é isolado. É lamentável, sim, mas não é a instituição da Polícia do Paraná; é um fato totalmente isolado. Mas se soma também a um problema social, visto que houve uma divulgação, que São Paulo com aproximadamente, 10 milhões de habitantes, tem cinco mil assassinatos por ano: a França e a Inglaterra que juntas somam também dez milhões de habitantes, apenas duzentos e vinte crimes. Agora, se analisarmos a moradia, o emprego, o salário de São Paulo com a Inglaterra, com Paris e com Londres vamos depa-
rar que o problema é sério na parte de criminalidade, que é um problema social.

Lembro aqui do tempo que eu chegava no interior do Paraná, no Norte do Paraná, à noite nós íamos numa casa de entretenimentos, de lazer, ali encontrávamos tan-

tos segmentos: motoristas de caminhão, viajantes, radielistas, saqueiros, nós ficávamos ali numa convivência até altas horas da noite e não acontecia nada, porque naquele tempo tinha emprego, tinha dinheiro, era realmente uma vida feliz porque era uma vida que todos tinham direito a igualdade.

Hoje as coisas estão se diferenciando, tanto que até as igrejas estão sendo prejudicadas por essa barbaridade de desigualdade da parte social, ou seja, da renda de cada um de nós.

Muito obrigado.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Eu é que agradeço.

Queria até lembrar que um outro fato aconteceu recentemente, porque o nosso povo é de paz, dois jovens na busca da oração, nós temos um ato na igreja chamado vigília em que alguns rapazes, para buscar as Bênçãos de Deus passam a noite inteira orando, e dois rapazes da região de Vila Conquista estavam orando no meio do mato, é uma prática que nós temos, eu me lembro que fiz muito isso no tempo de garoto, e não é que a polícia chegou lá e matou os dois ali, sem perguntar quem era, porque estavam procurando bandidos. E inclusive quero que a comissão veja se esses policiais estão presos. Isso eu vou cobrar, como vigilante a partir de agora, para que essas coisas não voltem a ocorrer.

O Sr. Edno Guimarães

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Takayama, estou ouvindo a sua indignação, e aqui fiquei indignado também ouvindo essa denúncia de Vossa Excelência. Quero dizer que esses policiais terão que ser punidos, e nós acreditamos e confiamos nessa Comissão de Segurança aqui da Assembléia Legislativa, porque as igrejas de um modo geral procuram, todas, a ensinar, a doutrinar, ela ajuda a polícia, ela dá retorno, porque evita muitos acidentes.

Esses policiais não tinham motivo nenhum para entrar com metralhadora, revólver na mão, dentro de uma igreja, de um recinto de tanto respeito, prevalecendo da autoridade, ameaçando as autoridades religiosas. Tem que ser punido rigorosamente, o senhor tem o nosso apoio.

A polícia terá que pedir desculpas à Igreja Assembléia de Deus.

O Sr. Edson Strapasson

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Takayama, gostaria inicialmente de levar a nossa solidariedade nessa denúncia gravíssima que nós consideramos, onde a Rone, polícia ostensiva manifestou toda a sua truculência, a sua arbitrariedade, invadindo um templo religioso, independente da religião que fosse, não se admite, porque é muito pior do que invadir a nossa

casa durante a madrugada e tirar a nossa família, a sua, a minha, de qualquer cidadão da cama.

Então, este fato da Rone não se admite, é um caso muito grave que nós temos, até eu, como membro da Comissão de Segurança com certeza vamos, com todos os deputados, com o senhor levar adiante.

Apenas, e aí volto a repetir, porque foi uma igreja num bairro pobre e humilde que foi realmente afrontado, mas podemos admitir que estes policiais continuem à solta. Nós devemos convocar o comando da Rone, para que ele venha a esta Casa, explicar se é orientação do comando ou se foi uma atitude arbitrária dos policiais que deverão ser punidos.

Quero fazer aqui um depoimento pessoal. Estando eu num estabelecimento comercial, no município de Colombo, divisa com Curitiba, a Rone, sem saber a divisa do município, invadiu aquele estabelecimento, da mesma forma, colocando metralhadoras na cabeça de cidadãos honestos e trabalhadores.

Este ato deve realmente ter uma condução, uma punição violenta, porque não é possível que uma igreja da envergadura e com o trabalho que faz a Assembléia de Deus, na recuperação de tantos drogados, tantos criminosos que realmente têm se convertido e têm melhorado, perante a sociedade, não se admite, em hipótese alguma, no horário de culto e aqui receba a nossa solidariedade, nesta questão. Acho que todos os deputados devem exigir, do secretário, do comando da Polícia Militar, do comando da Rone, uma explicação e uma desculpa e que jamais isso volte a acontecer, no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Muito obrigado, deputado Edson e para finalizar, mais uma vez, contando com a boa vontade da presidência, concedo o aparte ao deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Takayama, no meu pronunciamento de ontem nesta Casa, eu havia levantado a questão da Polícia. O deputado Luiz Carlos Zuk, também preocupado com a polícia do Paraná, e eu falava na sessão de ontem que a polícia não está preparada para atender a população, a comunidade, e também não está preparada para enfrentar o movimento social, que apesar de contundência, tem que ter um tratamento mais diplomático.

Por outro lado, a polícia não tem a mesma truculência, o mesmo preparo, a mesma vontade de resolver o problema quando é com bandido, porque eles sabem que na sua igreja, com os sem-terra, com os sem-teto, em qualquer lugar, eu mesmo recebi voz de prisão, por um tenente da Polícia Militar do Paraná e um deles era da Rone, tenente Márcio, eles estão completamente despreparados e eles vão com tudo, porque têm a certeza que não vão encontrar resistência! Isto é uma questão que, colaborando, com Vossa Excelência e sendo solidário com os pastores que estão aqui, porque a lei diz que: “em

ato fúnebre e em cerimônias religiosas, seja para prender qualquer cidadão, lá dentro tem que esperar terminar o ato”.

O SR. TAKAYAMA

Eles não estavam portando nenhum mando judicial.

O Sr. Irineu Colombo

Pior ainda, agrava a situação. Eu faço a sugestão a Vossa Excelência e poderei eu ajudá-lo, nessa empreitada, quero ser solidário, ativamente, com Vossa Excelência porque considero o ambiente religioso ainda um ambiente de muito preconceito, inclusive, muita gente na nossa Nação predominantemente católica, ainda tem, com relação a todos e nós temos que combater isso, mas eu sugiro que Vossa Excelência faça uma representação à Comissão de Direitos Humanos, tanto da Casa, como do Congresso Nacional, que, pelo menos sejam informados das arbitrariedades que têm acontecido aqui no Paraná e que medidas urgentes sejam adotadas por esse governo, não só com a sua igreja, com seus companheiros de fé, mas com todo o povo paranaense que muitas vezes sofre arbitrariedade tal como essa que Vossa Excelência sentiu na pele.

Muito obrigado.

O SR. TAKAYAMA

Para concluir, senhor presidente, quero agradecer os apartes de solidariedade. Com isso, tenho certeza, os pastores voltarão para a igreja mais aliviados, sabendo que nós não estamos coniventes com essa ação truculenta e indevida.

Quero agradecer ao senhor presidente e a todos os companheiros para que estas sugestões passamos a fazê-las a partir de agora, como encaminhar um pedido a esta organização que o Irineu Colombo acabou de citar.

Muito obrigado a todos os companheiros, obrigado, senhor presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Pela escassez de tempo e dentro do regimento que Vossa Excelência já estendeu, nós não podemos apartear o ilustre deputado Takayama, mas acredito que os 54 parlamentares com o denunciante deste fato estarão solidários, porque nem no tempo de revolução, quando o Exército nacional fazia arbitrariedade de prisão não houve esse desrespeito à maior autoridade que é Deus, o Deus dos evangélicos é o mesmo Deus meu, que sou católico, o respeito que nós deveríamos ter àquele que nos empresta a vida, infelizmente Pastor Takayama, essas pessoas não o tiveram, mas sempre nós sabemos que a benevolência Daquele que nos dá a vida vai fazer com que também no dia de amanhã eles se arrependam deste ato que envergonha toda a Polícia Militar do Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós sabemos que o deputado Takayama tem um requerimento que será encaminhado para a Secretaria de Segurança, mas mesmo assim a Mesa da Assembléia Legislativa com toda a certeza entrará em contato com a Secretaria de Segurança para que sejam tomadas providências e apurados os fatos.

Horário das Lideranças: PL, com a palavra o deputado Antonio Baratter.

O SR. ANTONIO BARATTER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Em primeiro lugar minha saudação e solidariedade aos irmãos da Assembléia de Deus.

Uso a tribuna senhor presidente, para fazer um agradecimento, uma constatação e um pedido.

Primeiro, agradecimento ao ouvidor do Estado do Paraná, senhor João Elias, que em nossa luta em respeito à cidadania dos usuários dos telefones fixos, a Ouvidoria do Estado do Paraná irá colocar alguns aparelhos daquele órgão em outra operadora para que nós daqui há no máximo 3 meses possamos fazer a constatação de como é uma fatura telefônica discriminada e como é uma fatura telefônica não discriminada.

Então quero fazer esse agradecimento ao senhor João Elias que se dispôs a disponibilizar algumas linhas telefônicas para uma outra companhia.

A constatação que faço senhor presidente, é que domingo eu estava na minha casa e assisti pelo Fantástico uma barbaridade. Os proprietários de automóveis dos outros Estados do Brasil vêm emplacar seus carros em Curitiba.

Lembro-me muito bem, com as veias do pescoço infladas, o ex-líder Valdir Rossoni procurava convencer os deputados de Oposição de que o nosso IPVA era um IPVA de bom senso, um IPVA democrático. Lembro-me de que o deputado Traiano reclama naquele panfleto que a Oposição distribuiu pelo Paraná, de que a foto dele não era a mais bonita e que a Oposição naquele momento poderia ter colocado naquela panfleto uma foto um pouco melhor.

O que nós constatamos? Acredito que aquela reportagem não deva ter sido paga pelo governo do Estado do Paraná no Fantástico, mas é muito importante que a gente diga isto aqui no Plenário.

Nós que votamos favoráveis, naquela época o IPVA, não estávamos errados. Tanto isto é verdade que o representante do Detran deu inclusive uma declaração que eles estão tomando as providências porque não é mais possível, uma grande quantidade de Estados aqui do Brasil virem para o Paraná emplacar seus carros porque é, disparadamente, o IPVA mais barato do Brasil.

Então, se a Oposição ainda tiver aqueles panfletos, por favor, continuem distribuindo.

Por último quero fazer um pedido. Senhor presidente, nós estamos observando as reformas, estamos

observando que isso é muito importante, cria um clima melhor de trabalho.

Queremos aqui agradecer ao Augustinho, lá da presidência, ao Altair, lá da 1ª Secretaria, mas queremos também fazer um pedido: “Que a Mesa Diretiva desta Casa possa começar, aos poucos, um estudo para que seja implantado o Plano de Cargo e Salários dos funcionários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário da Liderança do PDT, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Não ia usar da palavra nesse horário nosso da Liderança do PDT, mas após a palavra do ilustre deputado Baratter, nós aqui nos encontramos.

Rememorar a ele, que naquela oportunidade, quando a Oposição, e nós dela fazemos parte, questionávamos os valores do IPVA, o ilustre líder do governo naquela oportunidade Valdir Rossoni aceitou grande parte das ponderações, que incluímos no melhoramento. Deputado Ricardo Chab, Vossa Excelência foi autor das emendas. O deputado Baratter aqui não se encontrava, por isso não tem o conhecimento para falar as besteiras que ele disse.

Nós aqui nos encontramos como deputado, dizendo que continuaremos fazendo oposição para melhorar o IPVA do nosso Estado, seja para atrair emplantamento ou seja para beneficiar o povo sacrificado do Paraná.

Concedo o aparte ao deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Zuk, ouvi o deputado Baratter. O deputado Baratter, até por falta, realmente, de conhecimento, de não estar presente, desconhece a nossa luta toda, para que pudesse ser dilatado mais o IPVA.

Porque o projeto como veio, além de aumentar a alíquota, em percentual, reduzia a prestação. Era uma coisa totalmente desumana.

Nós, um esforço tremendo da Assembléia, pela primeira vez nesses 6 anos que estou na Assembléia, via a Assembléia se valorizar perante um projeto de lei, com relação ao IPVA.

A Assembléia mostrou ao povo do Paraná, que realmente quando quer, faz acontecer.

Confesso que fiquei surpreso com o deputado Baratter, talvez, pelo seu desconhecimento, de não estar aqui presente naquela ocasião da votação.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Queria tão somente, para não ficar em branco, nos Anais desta Casa, o trabalho, a operosidade dos senhores deputados, quanto ao IPVA do Paraná.

Estaremos atento a todas as posições tomadas pelo governo do Estado.

Com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Quero também cumprimentar e dizer que somo nessa sua posição, porque a questão do IPVA, não foi uma decisão do líder do Governo - com todo o respeito - na época Valdir Rossoni. Claro que ele também procurou intermediar toda essa negociação.

Lembro-me perfeitamente que nos primeiros instantes - a própria imprensa é registro disso - quando fomos à imprensa e dissemos: “da maneira como veio, a proposta original não passa, se não houver uma negociação, se não houver um entendimento”.

Aí toda a Assembléia, como disse o deputado Ricardo Chab, se mobilizou. Fizemos inúmeras reuniões, aqui com o doutor Lucena, representando a Secretaria da Fazenda. Fizemos várias composições, várias propostas até surgir a proposta que foi aceita pela liderança do Governo, claro, com entendimento com o governo do Estado.

Foi um trabalho realmente da Assembléia, que não cabe aqui mérito individual a ninguém. Nem a mim, nem a Vossa Excelência e sim, à Assembléia, que assumiu uma postura de defesa, uma postura de entendimento de que na maneira que estava a proposta original, não tinha como realmente passar nesta Casa.

Parabenizo Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço esse esclarecimento e os apartes dos ilustres deputados.

Acho que quem ganhou com o IPVA foi esta Casa e o Paraná, e se alguma reportagem do Fantástico ou de qualquer outro programa realmente der condições para que o Paraná seja valorizado, nós estaremos nele. Quanto aos panfletos, ilustre deputado Baratter, não foi de nossa alçada, mas acredito que foi bem feito e no dia de amanhã, pode sair um outro panfleto: “Baratter, desinformado, fala o que não deve, ouve o que não precisa”.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo, no horário do PT.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, volto à tribuna. Antes, porém, fazer uma preliminar com relação à fala do deputado Baratter. O deputado Baratter quer aumentar a alíquota do IPVA, nessa ocasião?

Hoje pela manhã, eu ouvia uma entrevista do secretário de Comunicação do Paraná, o chefe da nau Capitânia, deputado Rafael Greca, dizendo que a vinda do Itamar Franco ao Paraná foi um tiro que saiu pela culatra. Ainda disse mais, mas explicou porque o tiro saiu

pela culatra. Falou que era o presidente que tinha sancionado a Lei nº 8666 das licitações. Bom, enfim, é uma lei que vem moralizar a situação do Brasil e não entendo porque o ex-ministro Rafael Greca falou desta forma.

Mas o que me chamou a atenção é que o secretário de Comunicação falou que nós estamos tendo uma posição contra a privatização da Copel por uma medida oportunista por conta das eleições vindouras.

Ora, se nós deputados não ficarmos atentos às eleições, quem ficará? Isso é óbvio e é salutar para a democracia. Pior é se o senhor Rafael Greca não prestar atenção às eleições do ano que vem, porque o barco dele vai afundar pela segunda vez.

Disse mais, disse que os deputados, na base do governo que apoiaram o projeto que permitia a venda e a privatização da Copel, a venda das ações, na ocasião, eram deputados oportunistas, mal informados, que naquela ocasião achavam o governo bom e agora acham que o governo é ruim.

Eu não tenho procuração para defender os deputados que estavam e estão com o governo em várias outras questões, mas nesse momento, estão numa postura de defesa da Copel, que fique ao governo do Paraná.

Quero chamar a atenção que em um dos debates e que nós, da Oposição, provocamos o governador, dizendo que aquela lei não iríamos aprovar porque ela possibilitaria a privatização da Copel, o próprio governador foi à imprensa e mandou os seus emissários falarem com os deputados para que ficassem tranquilos, aprovassem a lei que ele preferia morrer a entregar a Copel.

Então, quem é o oportunista nesta situação? Aquele que engana a sua base, aos deputados da sua base para votar um projeto que, num determinado momento tinha uma compreensão da necessidade, porque tinha sócios estratégicos, a Copel iria virar uma holding, porque tinha investimento privado, podia continuar o crescimento e os deputados eram sustentação a essa linha de raciocínio com a promessa de que o governo não a privatizaria e agora privatiza e ainda acusa esses deputados de oportunistas.

Com esse tipo de informação, tipo assim, pego um deputado, uso ele para o meu interesse e depois jogo no lixo, depois o critico sem levar em conta aquilo que o governador disse no jornal, ou será que o jornal está mentindo ou o governador é um mentiroso ou os deputados são oportunistas eleitorais?

Então, temos que separar algumas coisas. O governo não foi leal nem conosco da Oposição e nem com muitos deputados da própria Situação de base, porque eu sei quantos colegas nossos aqui, travaram debates importantes conosco, entre eles o próprio deputado Algaci Tulio, defendendo o governo, arranjando argumentos do fundo do baú, arranjando argumentos para poder defender uma posição do governo que ele acreditava naquele momento, impondo a nós seriíssimas derrotadas, neste Parlamento.

E neste momento, o governo joga estes deputados aos leões. Quer dizer, nem deixa os deputados com as suas argumentações de momento prevalecerem. Foi infeliz a entrevista do senhor Rafael Greca. Primeiro, não disse no que atrapalhou o Itamar Franco e também o colocou numa situação ruim para aqueles deputados que sempre pensam conjunturalmente, pensam sempre no momento político que está vivendo o Paraná e votam de acordo com suas consciências, há o interesse do Paraná, que diz que os deputados do Paraná estão atuando com interesse político ou eleitoral.

Se o presidente conceder, também concedo aparte. Se não, obedecerei a Presidência. Um minuto para conceder aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Quero, em primeiro lugar, agradecer a Vossa Excelência pela lembrança quando cita meu nome, um momento que tivemos aqui, por dois anos, como líder do Governo, que foi um momento de muita esperança e expectativa para todos nós, e até da própria Oposição, porque vinha um governo moderno, colocando coisas modernas para nós, nesta Casa. Criação de vários organismos novos dentro do governo que todos acreditávamos que estávamos, realmente vivendo um novo momento na política e na própria administração do Estado.

E foi um trabalho difícil. Reconheço. E tive muito a colaboração de Vossas Excelências. Agora, o que não dá para admitir, na verdade, são várias maneiras como se comporta o meu amigo, meu companheiro, deputado Rafael Greca de Macedo, quando sai na imprensa, nos seus arroubos paroquianos, nos colocando até numa situação difícil, porque cada um tem o direito de uma posição. Hoje, é outra. Felizmente, temos condições de pensar e repensar. Senão, estaríamos todos perdidos.

E lamentar, também, quando o governador Jaime Lerner sai dizendo - e tenho certeza que a frase não foi dele, foi uma frase decorada do Rafael Greca para o governador dizer - que o Itamar Franco fez uma "tertúlia revolucionária". Quer dizer, neste ponto até agride aos companheiros gaúchos.

Lamento profundamente e lhe agradeço por ter lembrado os momentos que nós aqui trabalhamos nesta Casa, travamos o bom combate, tivemos excelente entendimento, sempre, com a Oposição. E felizmente acho que contribuimos e muito para com esta Casa e para a própria Assembléia. Lamenta-se que o momento, hoje, seja diferente. Eu não queria isso. Tenho certeza que a maioria da Bancada Governista também não queria. E não fomos nós que procuramos isto. Foram, talvez, os maus conselheiros, os maus assessores que tem o governador Jaime Lerner, que o colocam. E lamento profundamente.

Fui seu vice-prefeito. E fui um homem, com toda a sinceridade, apaixonado pelo Jaime Lerner, pelo administrador Jaime Lerner. Por isso é que abri os doze dias para o Jaime ser prefeito de Curitiba, porque acreditava na sua proposta. Mas, lamentavelmente ao assumir o governo, e

especialmente no segundo mandato, comete inúmeras falhas ao não ouvir sua Bancada, ou não ouvir o líder do governo, ao não ouvir líderes que dão sustentação ao seu governo. E, de repente, este enorme distanciamento entre o governo e os deputados.

Quem tem a perder? Evidentemente é o governo, porque estamos aqui para exercer, exatamente, nosso papel, que é o papel político.

Muito obrigado, deputado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado pelo aparte e obrigado, senhor presidente, pela condescendência.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário destinado à Liderança do Governo, concedemos a palavra ao deputado Durval Amaral.

Antes, Pela Ordem, ao deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem)

Só para registrar a presença de um dos maiores prefeitos aqui do Paraná, da cidade de Guaíra, prefeito Manoel Kuba, que tem feito um trabalho extraordinário. Gostaria que registrasse a presença, nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado. Seja bem-vindo, prefeito Manoel Kuba, de Guaíra.

Com a palavra o líder do Governo, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e senhores deputados.

Nós, homens públicos, temos no registro da história, que assumir nossas responsabilidades presentes. Na verdade, a imprensa, vigilante que é, registra nossas opiniões, nossas casas e nossas defesas. E, muitas vezes, nossos discursos, adequados a uma época, podem não ser defendidos no momento presente.

Este é bem o exemplo do ex-presidente da República, Itamar Franco, que ontem, inclusive esteve em Curitiba com governador de Minas Gerais, tecendo comentários e manifestando sua opinião contra a privatização do setor energético da Semig, da Copel, enfim, fazendo um discurso contra a privatização, um discurso que realmente, se não conhecêssemos o passado do senhor Itamar, poderíamos até acreditar na sua empolgação e na sua razão em defender as empresas estatais.

Mas, com homem público, tem passado e tem registro. E a história registra com muita veemência estas posições. Nós podemos dizer que o presidente Itamar Franco, em setembro de 1992, quando assumiu a presidência da República, suscedendo o então presidente Fernando Collor de Mello, tratou, ele, ele mesmo, como presidente da República, de baixar o Decreto nº 724/93, regulamentando a Lei nº 8031/90, que era a lei da época

do governo Fernando Collor, dando novos contornos ao Programa de Privatização e Desestatização do Governo Brasileiro. E a partir daí, entre outras empresas - porque muitas foram privatizadas, inclusive pelo presidente Itamar Franco, que agora vem fazer discurso contra a privatização do setor energético, um discurso neonacionalista, ele privatizou a Acesita, que fica lá na sua Minas Gerais; ele privatizou a Geofertil; ele privatizou a Poliolifinas e também a CSN, a Companhia Siderúrgica Nacional.

Então, este discurso de conveniência ao momento me parece sempre conveniência eleitoral. Não que nós parlamentares não tenhamos que nos preocupar com o processo eleitoral, porque a cada quatro anos nos defrontamos com a triste realidade ou felicidade das urnas.

Agora, um pouco de coerência faria melhor ao presidente Itamar Franco, porque tenho certeza...

Concedo aparte ao deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Durval, só quero testemunhar que eu viajei ao Estado de Minas Gerais, e de Poços de Caldas até a Fernão Dias existem diversas faixas dizendo que não existe governo em Minas Gerais. O trânsito é intenso. Existem estradas que estas, demonstradas aqui pela imprensa do Paraná, não se assemelham ao caos nas estradas de Minas Gerais. Ao ponto de ontem a Rede Globo mostrar uma Van, aonde perderam a vida, porque as estradas estão esburacadas, 12 pessoas.

Eu só queria lamentar, eu reconheço o passado do senhor Itamar Franco, visto que foi o vice de um presidente, que é o senhor Fernando Collor de Mello. E queria dizer a Vossa Excelência que eu jamais esperava uma falta de ética de um governador do porte de Itamar Franco, que nós respeitamos, até porque é mineiro e o mineiro é um sábio na política.

No entanto, a presença dele entrando no mérito da venda ou não da Copel, acho que foi falta de ética, porque ele não fez isso lá em São Paulo quando o governador de São Paulo também estava para privatizar uma companhia de energia.

Por isso que acho que está faltando realmente ao governador do Paraná, o senhor Jaime Lerner, uma maior autenticidade, de uma auto-afirmação do seu governo, pois se continuar da forma que está, de uma hora para outra o cara mais bobo desse Estado vem aqui dar palpite na administração do nosso governador.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, se Vossa Excelência me der um minuto para eu concluir, eu dou o aparte ao deputado Cezar Silvestri, e peço escusas aos demais deputados por não poder conceder o aparte.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, Vossa Excelência foi condescendente com os demais oradores; solicito que permita um tempo maior ao deputado Durval Amaral para que ele

possa conceder aparte ao deputado que ele queira conceder e que queiram também apartear-lo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Mas não é próprio deputado Durval, é a questão regimental e nós temos ainda inscrito o líder da Oposição, e temos ainda a Sessão Extraordinária.

Damos o tempo para que o deputado Cezar Silvestri possa apartear-lo e um minuto depois para que o deputado Durval Amaral fazer o encerramento.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Me inscrevo para um aparte também ao deputado Durval Amaral.

O Sr. Cezar Silvestri

O meu posicionamento com relação à privatização da Copel é público, sou contrário e já declarei esse meu posicionamento desde 1995, quando votamos a autorização da venda das ações.

Mas, eu concordo com Vossa Excelência, hoje pela manhã quando vi os jornais de circulação estadual, inclusive eu questionava com a minha assessoria. Acho que foi uma estratégia errada, inclusive do meu amigo, meu colega engenheiro, meu colega de colégio, Marcos Macoski, presidente da Associação Comercial, fazendo convite à pessoa do ex-presidente Itamar Franco para discutir um tema que é paranaense. Acredito que temos lideranças estaduais que estão se posicionando, estão uns a favor, outros contra. Enfim, mas é um tema que é nosso, e eu, particularmente, tenho esse posicionamento.

Acredito que todas as vezes que pessoas estranhas entram na discussão acabam prejudicando inclusive aqueles que querem atingir os seus objetivos, como é o caso daqueles que se opõem a privatização da Copel.

Cito como outro exemplo a vinda, há dias atrás, num encontro que teve em Porto Alegre, quando um francês, que eu não lembro o nome, invadiu a propriedade da Monte Santo, e saiu do Brasil como herói. Em qualquer país do mundo, ele sairia algemado e não como herói, porque ele está desrespeitando as leis.

E nós temos no Brasil a Lei de Defesa da Propriedade que está ainda em vigor, independente da questão ideológica. Agora, não podemos admitir que pessoas estranhas venham, na verdade, opinar com relação ao assunto.

Com relação ao ex-presidente, respeito a pessoa dele, acho que ele está defendendo uma causa que eu comungo, mas que na verdade não era a pessoa apropriada para levantar e principalmente para encabeçar uma lista contra a privatização da Copel. Acho que isso vai enfraquecer o movimento e vai dar condições de discurso, como Vossa Excelência, com muita competência está fazendo, porque realmente acaba prejudicando o movimento do Marcos, do Makoski, não é essa a intenção inclusive das pessoas que são contra a privatização, mas, foram muito infelizes.

O SR. DURVAL AMARAL

Concedo um aparte ao deputado Nereu Moura, em seguida o deputado Alborghetti e eu encerro para poder automaticamente a sessão ter prosseguimento, senhor presidente.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Durval Amaral, Vossa Excelência supõe que o presidente Itamar Franco tenha sido incoerente. Primeiro, o processo de privatização começou no governo Collor. O presidente Itamar quando governou o País foi relutante na privatização de algumas empresas e privatizou algumas que eram na verdade acessórias ao desenvolvimento do País - a Acesita, a Poliolefinas e outras empresas menos expressivas, mas sempre defendeu com muita intransigência a questão das teles, do petróleo e da energia elétrica e isto ele fez com firmeza e coerência, tanto que no governo de Minas Gerais ele dissolveu, praticamente, a privatização da Cemig.

E o presidente da Associação Comercial do Paraná, na verdade trouxe o governador Itamar Franco para debater a questão da privatização da energia elétrica como um todo no Brasil e o governador Itamar Franco tem sim condições de vir ao Paraná, porque ele é um ex-presidente da República, foi presidente deste País.

Eu creio que a ele é dado o direito até não como governador de Minas, como ex-presidente deste País de vir aqui no Paraná colocar a sua opinião em relação à privatização deste ou daquele setor da nossa economia, muito embora poderá até discordar da avaliação dele, dos pontos de vista do presidente Itamar Franco, mas jamais poderá querer chamá-lo de incoerente em função de sua vinda ao Paraná.

Por isso eu peço este aparte a Vossa Excelência para esclarecer a nossa visão em relação ao presidente Itamar Franco que nos ajudou com sua vinda ao Paraná.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Eu só queria dizer a Vossa Excelência que na minha ponderação, não tenho nada contra o senhor presidente Itamar Franco, inclusive viajei com ele por várias vezes no Estado do Paraná na dramática eleição do senhor Fernando Collor de Mello, mas sou contra a vinda e concordo com Vossa Excelência com o deputado Cartário, com o deputado Cezar Silvestri. Isto não quer dizer que eu tenha alguma restrição quanto ao pronunciamento do deputado Nereu Moura. Eu acho que o Paraná tem dono. Nós temos aqui.

Por quê a Associação não convidou o deputado Waldyr Pugliesi para combater do lado de lá? Por quê não convidou o senhor Roberto Requião que é paranista, para combater do lado de lá? Por quê não convidou o senador Álvaro Dias, o Osmar, deputados federais, deputados como o deputado Irineu Colombo, como o próprio deputado Nereu, deputado Algaci, que participou, outros

deputados que aqui estão com Vossa Excelência que participou do CNT debates? Por quê não convidaram os verdadeiros paranaenses que sabem onde fica a cidade de Arapongas, onde fica o escritório da Copel? Tudo bem?

Que houve um debate lá em relação ao sistema de privatização em termos de Brasil, em termos de mundo, tudo bem, mas no final como o próprio Bóris Casoy no Jornal da Record ontem, que ironizou o pronunciamento de Sua Excelência o ex-presidente Itamar Franco e que eu achei até pesado demais o comentário do senhor Bóris Casoy; acho que quem tem que debater os problemas do Paraná somos nós paranaenses. Acho que quem tem que debater o bem debate é o que está acontecendo nesta Casa de Leis.

Do lado de lá o deputado Waldyr Pugliesi com seu entusiasmo, com a sua vivência e os demais deputados que aqui estão deputado Irineu Colombo, deputado Nereu, deputado Zuk, com a sua empolgação, e do lado de cá Vossa Excelência deputado Durval Amaral, que se saiu muito bem, que foi ali três contra um, mas cutucando ali, cutucando lá, conseguiu se sair muito bem no debate.

Não tenho nada contra ninguém, mas concordo com o pronunciamento do deputado Cezar, do deputado Geraldo e de Vossa Excelência, quem tem que discutir, realmente, e vir às ruas discutir o problema da Copel é o governador Jaime Lerner, o senhor Ingo Hübert, toda a sua assessoria e aqueles que realmente moram, vivem, conhecem e respiram o Paraná, amam a bandeira e o hino do Paraná e são paranistas de verdade.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço os apertes e gostaria de conceder outros mais, mas o horário está avançado.

Para encerrar, gostaria de enfatizar que a coerência do presidente Itamar Franco está na mesma proporção de um grande curto-circuito, porque ele, ao se posicionar contra a privatização da Copel, pede a ajuda do Exército Brasileiro, mostrando todo o seu lado reacionário, todos aqueles vícios do Regime Militar.

Com toda a certeza não será dessa forma que encontraremos na democracia os caminhos para a solução dos problemas paranaenses e brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, Pela Ordem?

(Assentimento)

Eu sou porta-voz aqui, neste momento, de vários deputados, e há uma dúvida entre nós.

No dia 27, o doutor Ingo estará aqui na Assembleia. Eu gostaria de saber da Mesa. O doutor Ingo virá aqui como presidente da Copel ou como secretário da Fazenda?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ele foi convidado, conforme o requerimento aprovado, como secretário e presidente da Copel.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)

Por isso, que é da maior importância a gente votar esse requerimento, que apresentamos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Liderança da Oposição.

Com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, Questão de Ordem?

(Assentimento)

Eu estava ouvindo a sua explicação ao deputado Luiz Carlos Martins.

Qualquer pessoa do plenário, que estará presente no dia 27, poderá fazer perguntas ao doutor Ingo Hübert, pertinentes à Secretaria e à Copel?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Claro. Ele foi convidado com o fim específico sobre a privatização da Copel. Quem vai presidir a Sessão será o presidente Hermas Brandão. E, com toda a certeza, ele dará a oportunidade para o senhor Ingo fazer uma explanação e, depois, ele será questionado pelos deputados.

O SR. RICARDO CHAB (Questão de Ordem)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra, o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Presidente, é uma tarefa meio desgastante a gente ter que usar da palavra, depois de tantos pronunciamentos. Mas, ouvi e quero, em nome da Oposição, deixar aqui, a solidariedade dela à Assembleia de Deus, que foi agredida por esse acontecimento.

Eu gostaria de fazer em cima disso uma pergunta: a polícia que invadiu lá é de que governo? Não é desse governo que foi defendido até nos seus maiores erros de maneira contundente, pela Situação? De quem é essa polícia?

O secretário de Segurança esteve aqui ontem, e como é do seu caráter, do seu feitio, fala com um pedaço da Assembleia. A Assembleia tem que ser respeitada na sua totalidade.

Será que não é a tolerância daqueles que são unânimes em sempre defender, mesmo aquilo que é indefensável, que cria essa ordem de coisas? Agora mesmo falando da Polícia Civil, em Regime de Urgência está sendo pedido aqui, para nós, de afogadilho, talvez engolirmos aquilo que o patrão do seu Ingo pretende?

Então precisamos fazer uma reflexão: sou daqueles que faz uma autocrítica. Agora, qual é o problema que

origina esse tipo de coisa? Será que não é a concentração de rendas nas mãos de uma pequena parcela da sociedade? O que é que o Jaime Lerner fez para que isso não acontecesse, como cidadão, como homem, ao longo da sua vida? O que é que o homem da nau Capitânea fez em toda a sua vida? Defenderam as reformas estruturais do País, defenderam a reforma agrária, agrícola e fundiária deste País? Não! São os namoradores eternos do grande capital. Quando é que o senhor Jaime Lerner levantou uma palavra contra a ditadura militar, quando e onde? A vida toda de submissão!

Se falou muito aqui em igreja e religião. Quero citar a Bíblia: “não vos conformeis com o mundo que tendes”. A própria Bíblia diz: “não engulam esse prato feito”. E estou contente com a rebeldia que estou verificando na Bancada chamada governista.

Não sou nada religioso, mas leio, e a base governista está dando uma folheada, pastor Edno, na Bíblia, tanto é que está se rebelando, está se submetendo àquilo que está acontecendo aqui.

Precisamos questionar todo esse tipo de coisa, os bilhões que já gastaram ao longo de todos esses anos para montar uma mentira que é essa Curitiba. Sabe, é uma mentira na sua totalidade.

“Aqui é o paraíso?” “Não, aqui tem tantos milhares de favelados”.

Quero defender o Itamar Franco, que veio aqui convidado pela Associação Comercial do Paraná. Não fomos nós da Oposição, foram eles. Eles quem? Os próximos do governo que aí estão no fim do governo, afundando como a P-36. Agora, faço aqui um desafio ao governo Jaime Lerner e mandem ele lá em Belo Horizonte defender a privatização da Semig de Furnas, vamos ver se ele vai ser recebido pelo povo mineiro lá defendendo uma tese que é anti-nacional; não, o Itamar vem aqui e anda na rua porque ele está com a orelha para ouvir. Os surdos que estão aí, espero que não tenham repercussão aqui, não querem ouvir nada.

Mas esses problemas sociais que existem aí, são o fruto, têm origem numa política discricionária contra o povo que não tem a cidadania aí à sua frente, não conseguiram fazer com que esse País alcançasse o patamar de desenvolvimento que merece.

Olha essa Copel, ela não pode ser privatizada, não pode. Esse crime vai se cometer contra o Paraná. Será que não entendem isso? O “seu” Greca está falando em eleições no ano que vem, ele como possível candidato quer o dinheiro da Copel, para chegar com um chequinho lá nos municípios e tentar arrebanhar os votos.

Volto a repetir, este governo é maioria aqui; na rua é minoria, acachapante minoria!

Concedo o aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Deputado Waldyr, a primeira vez que eu ouvi um pronunciamento seu foi quando eu era presidente da Casa do Estudante Universitário, aqui em Curitiba. Gostei do

seu pronunciamento, deputado Waldyr, naquela oportunidade.

Apenas estou ocupando o seu tempo para dizer o seguinte: ouvi as palavras aqui, bem colocadas, inteligentemente colocadas, do líder do Governo, sobre a vinda do Itamar Franco aqui.

Sabe o que eu acho, deputado Waldyr? O governador não devia escutar o governador Itamar Franco, até porque é de outro Estado, quem sabe tem até interesse eleitoral, mas podíamos fazer um pedido ao governo, que assim como não quer que o Itamar dê opinião sobre a privatização da Copel, que não jogue a responsabilidade do seu ato de privatizar a Copel nas costas do Fernando Henrique, porque quem manda no Paraná são os paranaenses!

Vamos ter, na verdade, um pensamento de coerência, eu gostaria de dizer isso para o meu líder, a quem acompanho nas votações, deputado Durval Amaral. A coerência é justamente nós não ouvirmos, quem sabe, o governador Itamar agora também dizer que a Copel será privatizada por conta da vontade do Fernando Henrique, quer dizer, não vale a opinião do Itamar, que é governador de Minas, mas vale a opinião do Fernando Henrique? Quem manda no Paraná? Nós elegemos um governador, aqui no Estado, para determinar o que será feito com o nosso Estado!

Portanto, deputado Waldyr, a questão da Copel, longe de paixão, de posição política, eu votei aqui, sim, senhor, junto com o governo, mas, ora, é uma questão que ultrapassa qualquer barreira política e apenas, uma coisa só, se é verdade que nós aqui representamos a vontade expressa da população, através do voto, que é líquido, sagrado e certo, vamos ouvir o que diz a população! Se me mostrarem uma pesquisa só, de opinião pública, em que mais de 50% da população seja favorável à venda da Copel, então vamos discutir de outras forma, senão vamos escutar o que diz a população!

Muito obrigado, me desculpa tomar o seu tempo.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Acrescento o argumento que seria usado em seguida, até por mim, tanto é que outro dia quando ouvi um discurso de um deputado governista, que merece o maior respeito, ele falou o seguinte: a Copel será privatizada ou não? Eu falei: olha, estão cantando mas não é assim, esse jogo apenas começou. Hoje eu estou vendo o samba do crioulo doido.

Esse governo quando fala o Ingo, secretário das Finanças, é um Ingo; quando é o presidente da Copel é um Ingo diferente. Aí o Lerner fala aqui e contradiz o Ingo, o Ingo fala lá e contradiz o Lerner, mas ali adiante eles já se encontram, porque houve o puxão de orelha. E quero dizer o seguinte: não vale apenas e tão somente se fazer a substituição do senhor Ingo Hubert, na Copel. Precisa mudar o norte, a diretriz, sabe, a entranha desse pensamento. Não adianta tirar o João e por o José.

O que pensa o José? Igualzinho ao João. O João obedecia a quem? Ao grande capital estrangeiro que está

com um bocão desse tamanho para comer a Copel. Vem o José e concorda, o Pedro, todo mundo, sai o Ingo, que nós, líder Nereu Moura, estamos reivindicando há meses e meses atrás da saída dele, não é apenas suficiente, precisava alguém com outro perfil, mas como já falei o seu Ingo Hübert, ele age como uma infecção intestinal, ele está lá dentro da Copel, ferindo a Copel de morte. O discurso é de baixo astral, derrotista, que sinaliza na direção da queda das ações da Copel. Ele precisava ser aquilo que também já falamos, ele precisava ser o quê? Remédio, penicilina, e não infecção.

Como é que se coloca na Presidência da Copel alguém que é inimigo da Copel, alguém que vai lá dentro defender a morte da Copel? Um dos argumentos que estava usando e que nós falamos por aqui, o Itamar repetiu: escuta, tem falta de energia no mundo, em todos os lugares, há necessidade de mais e mais energia e o pessoal do governo Jaime Lerner diz o seguinte: não vamos ter poder de competição. Ora, sejamos inteligentes, se o produto está em falta, todo o produto no caso, toda a energia produzida será consumida porque ela está em falta!

Hoje mesmo todos os jornais, volto a repetir aquilo que está acontecendo na Califórnia, onde as empresas de energia elétrica caíram, todas elas nas mãos do capital privado. Agora entra o governo de novo para financiar aqueles que acabaram com as condições mínimas do setor lá na Califórnia.

Concedo um aparte ao deputado Tony Garcia.

O Sr. Tony Garcia

Obrigado pelo aparte, deputado. Eu queria dizer o seguinte: quando o senhor se refere à Bancada governista, falando de Copel, eu me sinto um estranho no ninho, eu não pertencço a esta Bancada governista que apóia a venda da Copel.

E neste momento quero dizer o seguinte, muito coerente a sua colocação, nós temos que entender que é tudo mentira o que o governo está divulgando. Vai gastar uma fortuna em propaganda nesse momento para se convencer a população do Paraná com mentiras do que vai vender a Copel.

A Copel vai ser vendida porque é fruto de má administração do governo do Estado que precisa de dinheiro, e se neste momento não venderem a Copel o argumento que eles usam para os prefeitos e deputados da base governista é o seguinte: não vou ter dinheiro para obras, aí não podemos pagar os seus prefeitos, não podemos pagar isso e vocês vão ter a sua eleição prejudicada.

Isso é uma mentira, isso é uma balela. Cada deputado neste Parlamento tem que ter a responsabilidade, não pensar na sua eleição do ano que vem ou em obras, temos que pensar que a Copel é uma coisa definitiva, uma vez vendida esse dinheiro vai sumir feito pó, esse dinheiro não vai aparecer em lugar nenhum não vai ter obra, não vai ter nada, é mais uma mentira para nos enganar na votação da venda da Copel e depois dane-se o

Paraná, dane-se a empresa e todos nós ficamos prejudicados de uma coisa que não vai voltar nunca mais para as nossas mãos, que é uma jóia preciosa. Acho que cada cidadão, cada deputado que hoje for um pouco paranista não pode pensar nesse momento em sequer dar um voto de apoio para este governo essa empresa.

Muito obrigado!

O Sr. Ricardo Chab

(Assentimento)

Serei bem breve, só quero dar um esclarecimento ao deputado Waldyr Pugliesi.

O senhor talvez desconheça o teor do requerimento que está assinado por 23 senhores deputados, da bancada que o senhor chama de governista, o teor do requerimento pede o seguinte: que seja colocado à frente da Copel neste momento um técnico de carreira para acabar com a figura do político neste momento à frente da Copel. isso faz diferença, sim. Quando se fala põe Pedro, põe Paulo, não faz diferença. faz diferença, porque estamos pedindo um técnico de carreira até porque estamos com medo realmente, e esse é o temor nosso, que de repente com discursos desconexos, como bem o senhor colocou, mas seja dilapidado o patrimônio que é do Estado do Paraná.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Quero agradecer a intervenção do deputado Tony Garcia e dizer o seguinte. Essa campanha que está iniciada pelo governo do Estado, parece-me segundo informações extra-oficiais. Até ontem pedi ao líder do Governo que trouxesse o esclarecimento. É uma campanha de 19 milhões e 800 mil reais, que foi ganha pela “Heads” e, que seria paga pela Copel.

Agradeço e fico contente com a posição assumida por Vossa Excelência.

Agradeço o esclarecimento do combativo deputado Ricardo Chab. Se Vossa Excelência me permitir concedo a palavra ao deputado Beraldin. A história registra “Pepino o Breve”.

O presidente está pedindo que o Beraldin seja o Breve, desses tempos.

O Sr. Beraldin

Deputado Waldyr Pugliesi o breve deveria ser, também, votar imediatamente a proibição da venda da Copel, porque hoje há clima aqui.

Este é o breve e o certo. Levar para frente é fazer política, não política de resultado. Política que favorece evidentemente o governo.

Esse é o meu aparte sendo objetivo. Claro, evidente, só não vê quem não quer, aqui todo mundo tem mandato popular e todo mundo é inteligente.

O Regime de Urgência já deveria estar aqui na Ordem do Dia, eu não entendo esse processo. Alongar, por quê? Para que discursar mais se nós podemos votar?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente esse é um tema candente, mexe com a vida do Paraná.

Aquilo que nós estamos reclamando na Casa, desde o início dos trabalhos dessa Legislatura, o debate político deve se sobrepor aos outros debates. Hoje, nós tivemos uma “overdose” de temas policiais e, acredito que acima desses temas que são de interesse, deveria se sobrepor esse, discussão política. Porque ela é contraditória, é conflitante, é apaixonante. Ela abre os olhos clareia. Acho que nós devemos continuar, sim.

Concordo com o aparte do deputado Beraldin, porque acho que numa hora dessa, até para usar uma linguagem médica, você teria que pegar o bisturi e metê-lo nesse monte de pus que é esse problema de querer pulverizar o patrimônio público construído ao longo de tantos e tantos anos, que é a nossa Copel.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Encerrado o Horário das Lideranças.
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 009/2001, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente encaminhando anteprojeto de lei, com o objetivo de alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 9998, de 25 de junho de 1992, que estabelece percentual de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina comercializada no Estado do Paraná. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de resolução, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 03 (três) de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 207/99, de autoria do deputado Péricles Mello, que autoriza o Poder Execu-

tivo a isentar o pagamento da taxa de cédula de identidade as pessoas com renda mensal de até 03 (três) salários mínimos. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.**

Sobre o referido projeto, Emenda da Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 207/99**

A presente emenda objetiva suprimir da redação original do Projeto de Lei nº 207/99, seu artigo 2º, a expressão “revogadas as disposições em contrário” do seu artigo 3º, remunerado como artigo 2º, conforme segue:

“Art 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Tony Garcia, Ademar Traiano, Edno Guimarães e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

O prazo estipulado de 90 dias para o Poder Executivo regulamentar a Lei é incompatível com a natureza autorizatória da Proposta Legislativa. No mais o dispositivo invade competência regulamentar que é exclusiva da administração pública segundo critérios de conveniência e oportunidade, procedidos da observância dos princípios constitucionais que regem os atos da administração pública (artigo 27 da Constituição Estadual).

A supressão da expressão final do artigo 3º, “revogando as disposições em contrário”, prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis, ditadas pela Lei Complementar 95/98.

O Projeto retorna à C.C.J.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/99, de autoria do deputado Ricardo Chab, que dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água e luz aos consumidores do Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 422/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que institui a região metropolitana de Guarapuava, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública estadual a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida em Borrazópolis, com sede em Borrazópolis e foro em Faxinal. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais Santa Rita de Mandirituba com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Escola de Dança Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino das disciplinas inglês e ou espanhol nos períodos de 6ª a 8ª séries das escolas públicas do Estado do Paraná.. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. COM EMENDA DA C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 019, de 21.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 078/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Braz Palma, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de inglês e/ou espanhol nos períodos de 6ª a 8ª séries das escolas públicas do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 30.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 078/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo incluir o ensino das disciplinas de inglês e ou espanhol como opção para a matéria “Língua Estrangeira Moderna” nos períodos de 6ª a 8ª séries das escolas públicas do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, apesar de encontrar-mos legislação similar, Lei nº 11.574 de 25 de novembro de 1996, que autoriza o Poder Executivo a incluir o ensino de língua espanhola como opção para a matéria de Língua Estrangeira nas escolas de 1º e 2º graus da rede pública de ensino, apresentamos Parecer Favorável na forma da Emenda Modificativa em anexo, devido a possibilidade de escolha que a mesma proporcionará à comunidade escolar, caso seja implementada pelo Poder Executivo Estadual.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 078/2000

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo incluir o ensino das disciplinas inglês e ou espanhol nos períodos de 6ª a 8ª séries das escolas Públicas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Apoioamento:

Luiz Fernandes da Silva Litro.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 03/2001, de autoria da CPI do Roubo de Cargas, que aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito de Roubo de Cargas.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas, constituída pelo Ato do Presidente nº 05/2000, de 13 de abril de 2000.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) CESAR SELEME

Presidente da Comissão Parlamentar de
Inquérito do Roubo de Cargas

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO ROUBOS DE CARGAS

RELATÓRIO FINAL

No dia 3 de abril do ano de dois mil, foi apresentado e aprovado pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, requerimento subscrito por número regimental de senhores deputados, constituindo-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar fatos pertinentes ao roubo de cargas. O fato determinado pelo requerimento de constituição foi considerado como assunto de grande interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal e social no Estado do Paraná. A Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas foi constituída através do Ato do Presidente nº 05/2000, de 13 de abril de 2000.

Em data de 14 de abril, sob a presidência do deputado Nelson Justus, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a comissão foi instalada e foram eleitos para presidente e vice-presidente, os senhores deputados Cesar Seleme e Pastor Edson Praczyk, respectivamente.

Na oportunidade, o presidente Cesar Seleme, convidou o Pastor Edson Praczyk para ocupar o cargo de Relator da Comissão. Tendo, ainda, como membros os deputados Algaci Tulio, Renato Gaúcho, Tiago Amorim, Cleiton Kielse, Edno Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Divanir Braz Palma, Antonio Baratter e Beraldin.

O prazo inicialmente previsto de 120 (cento e vinte) dias, daí porque na reunião plenária de 16 de agosto último, deliberou-se pela prorrogação dos trabalhos da comissão, tendo em vista expediente enviado pela Corregedoria Geral de Justiça, através do Ofício nº 3978, quando solicitava o pronunciamento da CPI perante denúncia enviada para aquele órgão.

Foram realizadas dez reuniões plenárias e tomados depoimentos de ilustres convidados ligados ao setor de transportes, bem como de autoridades do sistema policial e repressivo ao roubo de cargas. Também foi interrogado, na cidade de Tibagi, o senhor Almir Guiotti, que se encontrava preso naquele município.

Na 1ª Reunião Ordinária, dia 24 de abril, foi tomado o depoimento do doutor Paulo Kessler, da Promotoria de Investigações Criminais, que apresentou esclarecedor depoimento sobre o *modus operandi* das quadrilhas que agem no Estado do Paraná. Outras autoridades da área de segurança foram convidadas para auxiliar o trabalho dos senhores deputados.

No dia 05 de maio, compareceu perante a comissão o major Valdir Copetti Neves, chefe de Operações do Comando do Interior e ex-comandante do Grupo Águia

da Polícia Militar, logo após, no dia 10 de maio, foi a vez do doutor Jairo Estorílio, delegado adjunto da Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Finalmente, no dia 09 de agosto, prestou depoimento o doutor Luiz Gilmar da Silva, delegado titular da 6ª Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu.

Da área dos transportadores de cargas foram ouvidos os senhores Valmor Weiss, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado, no dia 27 de abril e o coronel Sérgio Malucelli, diretor Executivo da mesma federação, no dia 03 de maio.

De São Paulo foram convidados e compareceram perante a comissão, os senhores Artur Santos, vice-presidente da Pancary Corretora e Seguros, no dia 10 de maio, e o coronel Paulo Roberto Soares, diretor de segurança da Federação das Empresas de Transportes do Estado de São Paulo, no dia 17 de maio.

Saulo Ivo Lamb, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu, no dia 31 de maio, Luiz Anselmo Trombini, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Guarapuava, no dia 07 de junho e o doutor Dilmar Cunha Bueno, presidente da Federação Nacional de Transportadores e Rodoviários Autônomos e presidente do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos do Estado do Paraná, no dia 14 de junho.

Vale salientar que, além dos depoimentos sempre promovidos de valiosas informações e sugestões, a grande maioria dos convidados forneceu valiosa documentação que constituem o acervo documental que sustentam este relatório.

DOS RESULTADOS OBTIDOS PELA CPI

Tomados os primeiros depoimentos dos empresários ligados ao setor de transportes, bem como autoridades engajadas no sistema policial e repressivo ao crime organizado, que espontaneamente compareceram perante a CPI, formou-se desde logo, o consenso entre os membros da comissão que esta deveria dar ênfase na adoção de medidas práticas que representassem propostas de ordem preventiva.

Diante desta posição optou-se pela apresentação de relatórios parciais, através dos quais foram apresentados projetos de lei para discussão e votação pela Casa, dos quais são dignos de destaque, os seguintes:

O primeiro projeto, de nº 143/2000, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado do Paraná. Uma das reivindicações verificadas em quase todos os depoimentos foi que o aparato policial contasse com uma central de informações que pudesse identificar rapidamente, os veículos e cargas furtadas ou roubadas e proporcionar sua pronta recuperação. O projeto foi aprovado pela Casa e sancionado pelo senhor governador - Lei nº 12.971, de 31 de outubro de 2000.

Outra sugestão apresentada, e que prontamente foi aceita pelos membros da Comissão Parlamentar, foi a contida no Projeto de Lei nº 155/00, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Centro de Apoio ao Caminhoneiro nas Rodovias do Estado do Paraná, Programa já implantado com sucesso em vários Estados do Nordeste do País, este Centro de Apoio ao Caminhoneiro deverá proporcionar ao profissional do volante e sua família uma área para que os mesmos possam pernoitar com segurança e comodidade. O projeto foi aprovado pela Casa e sancionado pelo senhor governador - Lei nº 13.028, de 26 de dezembro de 2.000.

Uma das prioridades e objetivos da comissão foi apresentar medidas de ordem preventiva como a que está contida no Projeto de Lei nº 156/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Combate ao Roubo, Furto e Desvio de Cargas no Estado do Paraná, com amparo na Constituição do Estado que no seu inciso X, do artigo 53, confere competência ao Poder Legislativo para estruturar e definir atribuições às Secretarias de Estado.

Considerando, que através dos depoimentos tomados pela CPI, foi possível constatar que é imperioso que a fiscalização tributária estadual se faça presente nas ações repressivas contra receptadores de cargas roubadas, afim que tais ações tenham eficácia e eficiência, foi apresentado o Projeto de Lei nº 213/2000, que autoriza o Poder Executivo determinar integração da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas para o combate ao roubo, furto e desvio de cargas no Estado do Paraná.

Além destas proposições foram encaminhadas várias sugestões às autoridades constituídas. Um dos objetivos já foi atendido. A comissão recebeu, no último dia 29 de maio, correspondência do Departamento da Polícia Civil na qual afirma que “atendendo solicitação desta comissão, envio cópia de Ordem de Serviço nº 16/2000, datada de 26 de maio de 2000, que determina que todas as delegacia de Polícia do Estado do Paraná, distritais, municipais, regionais e subdivisões, deverão comunicar imediatamente, sob pena de responsabilidade administrativa disciplinar, no prazo de 12 (doze) horas do fato, as ocorrências relativas a desvio, furto, roubo e receptação de cargas, à Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, remetendo via *fac-simile*, o Boletim de Ocorrência com o devido detalhamento.”

Em viagem a Brasília foi entregue ao senador Romeu Tuma, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Roubo de Cargas Nacional, oportunidade em que foi entregue relatório parcial dos trabalhos da comissão, com farta documentação, e várias sugestões de providências de âmbito nacional.

Uma destas sugestões se refere ao acordo que regula o transporte internacional entre o Brasil e o Paraguai, que traz enorme dificuldade no combate ao roubo de cargas pelas nossas instituições policiais.

Outra sugere a obrigatoriedade de instalação de identificadores de chassis eletrônicos, com o objetivo de checar a frota nacional, impossibilitando a existência do chamado “double”. Uma nova sugestão foi a de regulamentar a localização da numeração do chassis em outros dois lugares, mais acessíveis, além do já existente. A localização atual dificulta a fiscalização por parte das autoridades constituídas.

Junto a autoridades locais foram requeridas várias providências, atendendo as solicitações do nosso Disque-Denúncia, no objetivo de agilizar a busca e apreensão de vários veículos e cargas roubados ou furtadas em nosso Estado.

CONCLUSÃO

Agindo sempre com o objetivo de priorizar o poder legislador e investigador que é inerente à Assembléia Legislativa, consegui com muita objetividade e transparência levantar causas e danosas conseqüências desta modalidade criminosa que deve ser atribuída ao chamado crime organizado.

O pressuposto da incidência do roubo de carga acontece como crime organizado e se baseia na existência de uma rede de receptadores.

Identificar os receptadores e puni-los é a forma mais prática e eficiente de combater o roubo de cargas. Assim como o dinheiro sujo é lavado, também as mercadorias roubadas passam pela lavagem do desvio e da receptação, mecanismo com que são recolocadas no mercado para se apresentar com feição de regularidade e legalidade, mesmo sendo produto de crime.

Na prática ocorre que as mercadorias roubadas, depois que estão na posse de seus receptadores dificilmente são recuperadas. Suspeita-se, pelo *modus operandi* das quadrilhas de assaltantes e ladrões que estes só agem a partir do ajuste da entrega aos receptadores ou seja, o roubo só é consumado a partir da certeza de que a mercadoria será desviada ou entregue a um receptor, que a recolocará no mercado com feição de legalidade.

Forçoso, pois, concluir sem uma efetiva participação da fiscalização tributária, como única instituição que pelas prerrogativas de investigação que detém que quanto a origem, a procedência, o trânsito e a circulação de bens e mercadorias, tudo mais será paliativo e ineficaz no combate ao crime organizado.

Lamentavelmente, constata-se que a fiscalização tributária ainda não tem consciência da fundamental e indispensável participação que deve ter como ação repressiva a este tipo de delito. A importância, portanto, do Projeto de Lei nº 123/2000, que objetiva a integração da fiscalização da receita estadual com as forças policiais, é condição *sine qua non* para que se inicie no Estado do Paraná uma efetiva política governamental de combate ao crime organizado quanto ao roubo de cargas.

Evidente que a apresentação dos projetos de lei, as sugestões ao Congresso Nacional e solicitações de provi-

dências junto aos órgãos públicos estaduais, ao lado das expressivas, positivas e reiteradas intervenções da imprensa escrita e falada pelos trabalhos e atuação da CPI, serviu como ponto de partida para uma tomada de consciência coletiva.

Espera-se que o empenho e integridade, com que os membros e colaboradores da CPI atuaram sirva como efetiva contribuição para a necessária determinação e vontade política do governo, autoridades e setores responsáveis pela repressão, se posicionarem e assumirem atitudes objetivas ante a atual situação, mas principalmente para que a própria opinião pública e sociedade, fiquem conscientes das nefastas conseqüências desta modalidade criminosa, passando ela mesma a exigir e cobrar soluções como as medidas apontadas e apresentadas pela CPI.

Sala das Comissões, em 08.03.2001.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Membros:

ALGACI TULIO, TIAGO AMORIM, CLEITON KIELSE, RENATO GAUCHO, ANTONIO BARATTER, BRAZ PALMA, EDNO GUIMARÃES, BERALDIN, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ROUBO DE CARGAS

INSTALADA EM 14 DE ABRIL DE 2000

Presidente:

CESAR SELEME

Vice-presidente e relator:

PASTOR EDSON PRACZYK

Membros:

ALGACI TULIO, TIAGO AMORIM, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, CLEITON KIELSE, RENATO GAUCHO, ANTONIO BARATTER, BRAZ PALMA, EDNO GUIMARÃES, BERALDIN.

Reuniões realizadas: 10

Depoimentos tomados: 11

Doutor Paulo Kessler, Promotoria de Investigações Criminais; Major Valdir Copetti Neves, chefe de Operações do Comando do Interior da Polícia Militar; Doutor Jairo Estorílio, delegado adjunto da Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas; Doutor Luiz Gilmar da Silva, delegado titular da 6ª Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu; Valmor Weiss, presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado; Coronel Sérgio Malucelli, diretor executivo da mesma Federação; Artur Santos, vice-presidente da Pancary Corretora de Seguros; Coronel Paulo Roberto Soares, diretor de Segurança da federação das Empresas de Transportes do Estado de São Paulo; Saulo Ivo Lamb, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu;

Luiz Anselmo Trombini, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Guarapuava; Dilmar Cunha Bueno, presidente da Federação Nacional de Transportadores e Rodoviários Autônomos.

Foi realizada uma viagem a Brasília para entregar, pessoalmente, ao senador Romeu Tuma, presidente da CPI Nacional, relatório parcial da comissão e solicitar várias providências de âmbito nacional.

Uma das sugestões apresentadas, foi prontamente atendida pelo Departamento de Polícia Civil, através da Ordem de Serviço nº 16/2000, “atendendo solicitação desta comissão, envio cópia de Ordem de Serviço nº 16/2000, datada de 26 de maio de 2.000, que determina que todas as delegacias de Polícia do Estado do Paraná, distritais, municipais, regionais e subdivisões, deverão comunicar imediatamente, sob pena de responsabilidade administrativa disciplinar, no prazo de 12 (doze) horas do fato, as ocorrências relativas a desvio, furto, roubo e receptação de cargas, à Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, remetendo via *fac-simile*, o Boletim de Ocorrência com o devido detalhamento”.

Foram apresentados, também, 4 projetos de lei: Projeto de Lei nº 143/2000 - visa criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado do Paraná. Lei nº 12.971, de 31 de outubro de 2.000.

Projeto de Lei nº 155/2000 - visa criar o programa Centro de Apoio ao Caminhoneiro. Lei nº 13.028, de 26 de dezembro de 2.000.

Projeto de Lei nº 156/2000 - visa criar a Delegacia Especializada de Combate ao Roubo, Furto e Desvio de Carga do Estado. Está em 1ª discussão no Plenário da Casa.

Projeto de Lei nº 213/2000 - visa determinar integração da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas. Está em 2ª discussão no Plenário da Casa.

Disque Denúncia - Requeridas providências junto às autoridades locais, procurando agilizar busca e apreensão de veículos e cargas roubadas em nosso Estado.

Foi realizada uma viagem ao município de Tibagi, atendendo solicitação da Corregedoria Geral de Justiça, para apurar denúncias formuladas por Almir Guioti, que se encontrava preso naquele município.

EQUIPE DE ASSESSORAMENTO

Secretária da CPI: Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

Advogada: Everley Cleto

Secretária Executiva: Mirian Percinotto

Consultor Jurídico: Doutor Nilso Romeu Sguarezi

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ROUBO DE CARGAS

Curitiba, 05 de março de 2001.

Senhor Presidente.

Na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas, venho através do presente solicitar a Vossa Excelência que o presente Relatório Final da comissão seja enviado ao conhecimento das Excelentíssimas autoridades:

Jaime Lerner, governador do Estado do Paraná; Desembargador Vicente Troiano Netto, presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Doutor Marco Antonio Teixeira, procurador-geral de Justiça do Estado; Doutor José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública; Doutor Pretextato Taborda Ribas Neto, secretário de Estado da Justiça e da Cidadania; Deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes; Senador Romeu Tuma, presidente da CPI Nacional do Roubo de Cargas.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(a) CESAR SELEME

Aprovado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, eu me abstenho dessa votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor Presidente, a Bancada se abstém da votação do item 08 da pauta - 1ª Discussão do Projeto de Resolução nº 03/2001.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa acata a solicitação da Bancada, abstendo-se da votação.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 525, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 535, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma do requerido.**

A Mesa Executiva vai encaminhar como tal.

Requerimento nº 536, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 545, de autoria dos senhores deputados Eli Ghellere e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 548, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoio dos senhores deputados Tiago de Amorim Novaes, Luciana Rafagnin, Edson Strapasson, Tony Garcia e demais senhores deputados, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 550, de autoria dos senhores deputados Tony Garcia, Ricardo Chab, Algaci Tulio, Edno Guimarães, Luiz Fernandes da Silva Litro e demais senhores deputados, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 503, de autoria dos senhores deputados Beraldin, Cleiton Kielse, Fernando Ribas Carli, Luciana Rafagnin, Ademir Bier e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Retirada pelo autor.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Nós já encaminhamos aos subscritores deste requerimento as informações solicitadas, de tal forma que consulto o deputado Algaci Tulio, a quem entreguei, para que este requerimento seja retirado, nesta tarde, e mais informações complementares ainda virão, para satisfazer a reivindicação dos nobres senhores deputados.

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Na verdade, deputado Algaci Tulio falou conosco, no Plenário, e nós acabamos até esquecendo de ir até a Mesa para mudar o requerimento, nos seguintes termos: mantendo a solicitação à Secretaria de Saúde, mas não estabelecendo prazo.

Acho que aí caberia ao Plenário e ao líder do Governo aceitar, visto que o assunto é urgente e evidentemente, nós da Comissão de Meio Ambiente, estamos trabalhando em cima de um relatório que pretendemos elaborar ao final do nosso trabalho. E, naturalmente, a Secretaria de Estado da Saúde terá tempo suficiente para nos prestar estas informações.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, acredito que o deputado Beraldin poderia retirar o requerimento nesta tarde e reapresentá-lo amanhã, devidamente modificado.

Inclusive porque existe um pequeno obstáculo de ordem técnica e sanado este problema nós votaremos favoravelmente. Não vamos usar do expediente de discussão para adiar o requerimento, amanhã.

O SR. BERARDIN (Pela Ordem)

Evidentemente que nosso interesse é coletivo. E coletivo também deve ser o interesse da Secretaria do Estado da Saúde e muito mais do governo do Estado.

Então, nós retiramos hoje, e amanhã voltamos a reapresentar o requerimento, a fim de que possamos dar o encaminhamento legal e justo para a população de Adrianópolis.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, ainda em cima do assunto, quero aproveitar para cumprimentar o Secretário Armando Raggio, secretário Estadual da Saúde, que prontamente, tomando conhecimento da grave situação pela qual passa a população do município de Adrianópolis, encaminhou hoje mesmo uma equipe de técnicos, funcionários da Secretaria de Saúde para aquela cidade, para fazer um mutirão, onde aproximadamente mil pessoas passarão por testes, por exames laboratoriais.

Era isto o que mais importava a mim, ao deputado Beraldin e não a questão de prazo de quando vai entregar este relatório. O que importa é que a ação empreendida pela Comissão de Meio Ambiente da Assembleia, graças a Deus chegou até o secretário Armando Raggio e sua sensibilidade manda para Adrianópolis uma equipe para fazer o trabalho.

Estamos agradecidos.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós retiramos o requerimento e solicitamos ao deputado Beraldin que amanhã reapresente-o ou faça outro requerimento.

Requerimento nº 508, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado.**

Para encaminhar, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, deputado Elio Rusch, já usamos da tribuna para encaminhar contrariamente este requerimento, porque achamos que não há necessidade, senhor presidente, de votarmos de forma rápida, de forma apresada, no afogadilho, um projeto de lei de grande envergadura, como esta Proposta de nº 015/2001, que visa alterar o estatuto da Polícia Civil do Paraná.

Não é pouca coisa, senhores deputados. Estamos mexendo com uma Instituição. Não é com o delegado Noronha. Não é com o delegado Mário Ramos. É com uma Instituição valorosa do Estado do Paraná!

Por isso, não há nenhum cabimento esta Casa aprovar este requerimento, para que nós, deputados, aprovemos com rapidez esta proposta! O que é que o governo do Paraná tem em contrário de vir a esta Casa, discutir, chamar a Polícia Civil, de chamar os delegados de polícia para virem discutir alteração da lei que rege as suas vidas?

Este estatuto, senhor presidente, mexe com a vida da polícia, com os delegados, com os escrivãos.

O governador, assim que veio a CPI do Narcotráfico ao Paraná, propagou que iria fazer mudança na polícia. Ficou um ano e pouco, somente agora encaminhou aqui para a Assembleia.

Ora! Um ano e pouco para fazer uma proposta de lei e agora quer que a Assembleia aprove isso a toque de caixa. Não é possível. Por isso, eu apelo aos senhores deputados para que rejeitemos esse requerimento do eminente líder Durval Amaral, porque ele não atende aos superiores interesses do povo do Paraná. É um erro, é um equívoco.

Essa é a nossa manifestação e o nosso encaminhamento pela rejeição desse requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, além dos argumentos apresentados pelo deputado Nereu Moura, veja Vossa Excelência pelo que eu saiba esse projeto não foi nem sequer ainda distribuído aos senhores parlamentares. Não foi distribuído, ninguém tem conhecimento, ninguém recebeu, ninguém sabe o que é, não foi ainda para a C.C.J., não passou em nenhuma Comissão, uma coisa que é o Estatuto da Polícia Civil.

Quer dizer, é um estatuto que vai reger todo o sistema de segurança do Paraná e a Assembleia vai votar isso, e pior, dentro do critério do que significa urgência aqui para nós, porque urgência apenas encurta alguns prazos, mas nada impede que o Regime de Urgência tenha a tramitação de discussões, de convocações e tal.

Acho que a primeira coisa que temos que fazer para pedirmos o Regime de Urgência, é dar ciência aos deputados, afinal de contas, essa Casa aqui é composta por 54 pessoas que vão votar um estatuto da Segurança Pública do Estado do Paraná, que está um caos, um absurdo. Está havendo roubo, assaltos, com denúncias de deputados aqui no Plenário, sistematicamente. E votamos um estatuto sem nem termos conhecimento dele. Isso é uma irresponsabilidade, isso deprecia o mandato que nós temos, dá a impressão que os deputados não têm nada a ver com um dos problemas mais sérios da sociedade do Paraná, qualquer pesquisa de opinião pública mostra, hoje, que a maior preocupação do cidadão é com sua própria segurança: do bem, do patrimônio e da vida. E vamos votar em Regime de Urgência, sem nem conhecer o que é.

Ora! Senhor presidente, gostaria que o deputado Durval Amaral, pelo menos, esperasse esse seu requerimento, até que no mínimo os deputados tenham em mãos a cópia do estatuto para poder saber o que está votando, porque senão é um atestado de incompetência e um atestado de irresponsabilidade desta Casa se fizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pela ordem de inscrição está aí o deputado Beraldin, depois o deputado Durval Amaral e em seguida o deputado Ricardo Chab.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, bem rápido e objetivo. Apenas comungando com o discurso e a posição do deputado Caíto Quintana, pela experiência que ele tem, ele colocou 100% do que deveria ser colocado.

Então, quero fazer coro para que o deputado Durval Amaral compreenda que não há necessidade de Regime de Urgência e não pode o Plenário se manifestar sem conhecer a matéria, eu não conheço a matéria. Eu não vi, não li. Como é que vou poder votar em Regime de Urgência sem pelo menos conversarmos, nos reunirmos, convocarmos técnicos, assessoria técnica para analisar, para sugerir mudanças, próprio de quem vai votar. Agora, não de uma hora para outra, chegar aqui e pedir um Regime de Urgência de um projeto que sequer vimos.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Em primeiro lugar, quero dizer que este projeto encontra-se na Casa desde o dia 13 de fevereiro. Os deputados que ainda não tiveram conhecimento desse projeto, só entrarem em contato com a nossa assessoria, que nós mesmos trataremos de enviar fotocópias para que os deputados possam estudar.

Em segundo lugar, ele já está tramitando na C.C.J. há algum tempo, inclusive o relator da matéria é uma pes-

soa envolvida e extremamente preocupada com a segurança pública do Estado do Paraná, que é o ilustre deputado Algaci Tulio, que já tem estudado esta matéria à exaustão. E eu não quero crer que algum parlamentar nesta Casa possa ter se esquecido da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, onde uma das principais sugestões foi de imediato a reforma do estatuto da Polícia Civil do Paraná, que posta como está gera impunidade, gera a falta de sanção e sobretudo possibilita que através de artifícios corporativos, verdadeiros bandidos possam estar protegidos pelo Estatuto da Polícia Civil.

Não quero acreditar que a corporação possa defender aquele policial, delegado ou não, mas policial que esteja envolvido em casos de corrupção. E eu não posso entender, senhores deputados, que nós parlamentares possamos ficar contra, por exemplo, a uma das mudanças postas no Estatuto da Polícia Civil em caso de corrupção não vai mais existir a advertência, a suspensão e outras modalidades protelatórias para proteger o mau policial. O que se busca no novo estatuto é uma única punição. Em caso de corrupção, demissão sumária, após realizado o inquérito administrativo.

Então, senhores deputados, por coerência e por amor e respeito ao cidadão que é assaltado, ao cidadão que sofre torturas por parte de alguns maus policiais. Vamos preservar a instituição. E eu assumo um compromisso com a Bancada de Oposição, assumo o compromisso com a Bancada de Situação, vamos discutir o projeto sim em Regime de Urgência, mas não vamos fazer com que este projeto volte a sessão ou a votação neste mês de março, vamos esticar o prazo até, se for necessário, durante o mês de abril, mas vamos ouvir os bons policiais, não aqueles que querem simplesmente manter privilégios, manter uma casta, fazer um jogo de empurra e vou trazer aqui processos administrativos sob a égide desse estatuto que está aí tramitando há três, quatro anos sem julgamento, mas lá o familiar foi morto, lá o cidadão foi assaltado, foi achacado por maus policiais. Então, vamos ter muita consciência neste caso. O projeto está na Casa desde o dia 13 de janeiro, o projeto já está nas mãos do deputado Algaci Tulio, já está tramitando na C.C.J. e vamos fazer ele tramitar em todas as Comissões da Casa e vamos sim, não convocar o secretário Tavares aqui, mas vamos trazer o secretário Tavares para uma reunião com todos os deputados para discutir o Estatuto da Polícia Civil, para que possamos ainda mais dignificar a classe dos servidores públicos do Estado do Paraná, aqueles que estão investidos no cargo de investigador ou de delegado de polícia.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar)

Senhor presidente, gostaria de, na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, em que pese, entendi bem as palavras do nosso líder, eu não vou abrir mão de fazer Sessão Pública nesta Casa, em hipótese alguma, neste assunto do Estatuto da Polícia

Civil. É obrigação nesta Casa. Temos que ouvir todos os segmentos da Polícia Civil e a população inclusive. Então, todos os membros da Comissão vão ter que participar ativamente da discussão que muda radicalmente a estrutura da Polícia Civil e temos que saber se a mudança é para melhor ou não. Então, acho que disto a Casa não pode abrir mão. Fico preocupado, já disse ao deputado Durval Amaral, na questão do Regime de Urgência, mas há um entendimento aqui que a discussão ocorrerá amplamente nesta Casa.

Esta é minha posição.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, não posso aceitar as colocações do deputado Durval Amaral, querendo crer que nós estivessemos defendendo maus policiais. A nossa proposta, na verdade, o encaminhamento é para a discussão do projeto. Mas jamais na defesa de qualquer policial, marginal ou não. De forma que não nos cabe, aqui, senhor presidente, as colocações que o deputado Durval Amaral falou.

(**Vozes paralelas**)

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para Encaminhar, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Temos, sim, que analisar esse projeto com a urgência que ele se propõe em ser analisado, nesta Casa. Mas não no Regime de Urgência que pretende o deputado Durval, estabelecido pelo regimento da Casa. Ele próprio, deputado Durval Amaral, quando encaminha o requerimento, pedindo que seja aprovado o Regime de Urgência, ele já esculhamba, dizendo o seguinte: vamos aprovar o Regime de Urgência, mas que vamos alongar a discussão e a votação do projeto, podendo ficar para o início do mês de abril ou para o final deste mês. Quer dizer: já esculhambou com o nosso regimento e com o Regime de Urgência, que ele quer aprovar. Porque o regimento é claro. Ele diz que será concedido o prazo de 48 horas, a cada uma das comissões permanentes, para oferecer o parecer. Imaginemos que seja a Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Segurança Pública, se tiver parecer, vai direto para a Ordem do Dia, se não tiver, figurará na pauta da Ordem do Dia, conforme estabelece o regimento, ou seja, 03 sessões.

Então, 48 com mais 48, são quatro dias. Na semana que vem, se for para cumprir o regimento, aprovado o Regime de Urgência, temos que, na semana que vem, estar com o projeto na Ordem do Dia. Ou o requerimento de Regime de Urgência, que o deputado está propondo, não tem validade nenhuma. Ele próprio está dizendo que aprova o Regime de Urgência, mas que não precisa cumprir o regimento, que é de 48 horas, para cada Comissão.

Acho que temos que analisar com a urgência que o projeto precisa. Tenho certeza que o deputado Algaci Tulio fará todo o esforço para que o projeto tramite rapi-

damente na Comissão de Constituição e Justiça - todos nós tomando conhecimento. Que o presidente da Comissão de Segurança Pública também dará celeridade à discussão desse projeto, na respectiva comissão. Todos nós temos, sim, interesse que esse assunto seja tratado com a urgência que ele precisa ser tratado. Mas não engessado ou desmoralizado, conforme proposta do deputado Durval Amaral.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, Pela Ordem?

(**Assentimento**)

Senhor presidente, senhores deputados, tenho convicção de que o assunto segurança é a preocupação de toda a população do Paraná e, por conseguinte, de toda a população brasileira.

Tive a oportunidade de ser o relator da Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico, quando nós, após um trabalho de todos os membros da comissão, conseguimos elaborar um relatório, que todos os senhores tiveram conhecimento, recebendo em seus gabinetes, apontando tudo aquilo que encontramos de mau, maléfico, que faz mal para a população do Estado do Paraná. Ali, naquele relatório, sugerimos inúmeras mudanças no funcionamento da polícia, em nosso Estado.

Quero neste momento, solicitar ao nobre, ilustre deputado, líder do Governo, Durval Amaral, para que em um consenso, assumamos um compromisso com a população do Estado, de aprovar o mais rapidamente possível este projeto. Mas, antes, discutí-lo a fundo, dando oportunidade para que todos os segmentos da população possam ser ouvidos. Estamos saindo de um envolvimento, que quer queiram ou não, manchou o Paraná, na questão da segurança pública. Temos que dar um exemplo ao Estado do Paraná.

Tenho a convicção, nobre líder Durval Amaral, que no prazo regimental, que determina o Regimento para a tramitação em Regime de Urgência. Não vamos ter o prazo suficiente para discutir esses assuntos. Temos questões importantíssimas, não só do delegado "calça-curta", não só do agente, não só da corrupção, não só do inquérito, que na verdade o inquérito policial é uma fábrica de corruptos; temos problemas seriíssimos na polícia científica, do Instituto Médico Legal; temos problemas na falta de infra-estrutura nos laboratórios de química legal, de toxicologia, na polícia técnica.

Então, eu queria solicitar ao nobre líder do Governo, deputado Durval Amaral, para que num consenso não votássemos este Regime de Urgência, para que pudéssemos discutir a fundo com a comunidade, irmos verificar *in loco*, estamos todos os dias escutando deputados aqui na tribuna, ou ouvindo a imprensa, ou lendo questões de fuga de presos, de más condições de presídios; por outro lado vejam só a Folha de São Paulo de domingo, matéria da primeira página espelha um projeto que é modelo para o Brasil, que é a penitenciária industrial da minha cidade, da cidade do deputado Cezar Sil-

vestri, que é Guarapuava. Então, é um assunto envolvente, temos que nos aprofundar nisso.

Então, a minha colocação, senhor presidente, é um pedido que faço ao nobre líder Durval Amaral, para que neste momento não votemos o Regime de Urgência.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Consulto ao líder das Oposições que também tem a mesma preocupação de todos nós da transparência e da eficiência da Polícia Civil, até por sugestão do deputado Carli e do deputado Chab, se nós retirássemos o Regime de Urgência essa semana, ele seria apreciado, consulto o deputado Algaci Tulio, na próxima terça-feira, na Comissão de Constituição e Justiça, e até no mais tardar ao final da próxima semana, a Comissão de Segurança Pública realizaria as audiências públicas necessárias, que eu também entendo para esse projeto, e voltaríamos com esse projeto na outra semana já em Plenário, ou se não houver essa possibilidade, se a Oposição concorda de que na primeira semana de abril nós aprovemos aqui o Regime de Urgência e aprovemos o projeto ou não.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Durval Amaral faz uma proposta. Acho que ela é razoável e nós podemos concordar com ela.

Concordamos com a retirada do Regime de Urgência e depois então faremos dentro desses prazos que foram estabelecidos.

O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)

Diante da proposta feita pelo líder do Governo e o entendimento com o líder da Bancada da Oposição, o requerimento sai da Ordem do Dia, e no compromisso que o projeto está retirado da Ordem do Dia, e eu sei que o deputado Algaci Tulio já está designado como relator. E pela ordem, concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero esclarecer à Casa, especialmente a Oposição, que muito bateu com relação à questão da segurança pública que cobrou do governo do Estado naquela ocasião, tão logo passou a CPI Nacional do Narcotráfico, medidas urgentes na questão de disciplina, de responsabilidade para com a classe policial. Quero dizer que tanto como disse o deputado Fernando Ribas Carli, na Comissão Especial que antecedeu a CPI Nacional, e na comissão de alto nível após a CPI Nacional que passou por aqui composta pela Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Ministério Público, por secretários de Estado, e eu, representante desta Casa e que fui relator daquela comissão, nós exigimos naquele momento urgência para se discutir o novo Estatuto da Polícia Civil.

Lamentavelmente, não é culpa desta Casa, lamentavelmente o governo demorou, disse isso ontem ao secretário José Tavares na Liderança do Governo, tivesse

trazido imediatamente à Casa já teria aprovado, com algumas alterações ou não, mas já teria aprovado, porque era um momento emocional, e a Casa queria, a população pedia; hoje está chegando, com algumas mudanças e que temos certeza são mudanças para o bem da instituição da Polícia Civil, quer queiram ou não os maus policiais.

A verdade que o estatuto, a mensagem que veio, pode ter algumas alterações, já temos entendimento, nesse sentido com o próprio líder do Governo e com as próprias pessoas da Secretaria de Segurança que elaboraram a mensagem. Mas é necessário dizer que esta Casa tem que se debruçar sobre esta matéria, porque esta Casa tem responsabilidade porque cobrou do Governo medidas e agora não pode, evidentemente, por interesse corporativista, da instituição ou de algum grupo de policiais, não pode se deixar dominar por isso.

Nós temos que fazer um bom estatuto e eu me comprometo, de na terça-feira, na legalidade desta matéria apresentar meu relatório na Comissão de Justiça.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Quero aqui parabenizar a lucidez do líder Durval Amaral, que respeita, porque a Comissão de Segurança Pública, pouco faz na Casa, porque ela só referenda projetos. E quando é um assunto específico para nossa Comissão a Comissão não pode abrir mão.

Então quero parabenizar a lucidez do deputado Durval Amaral, que vai dar tempo para que a sociedade possa ser ouvida, para que possamos ouvir a todos, na Polícia Civil e possamos tirar, acrescentar, se for para alterar alguma coisa, que se faça dentro do fórum específico que é a Comissão de Segurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)

Requerimento nº 510, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 520 e 521, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 522 a 534, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 524, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **À Comissão Especial de Investigação.**

Requerimentos nºs 526 e 527, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 529 a 530, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº537, de autoria dos senhores deputados Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário, Nereu Moura, Augustinho Zucchi e

demais senhores deputados, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 538 a 543, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 546, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 547, de autoria do senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 549, de autoria dos senhores deputados Tony Garcia, Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura e demais senhores deputados, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 551, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 509 e 511, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 22, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 074, 078, 156/2000,
e dos de Resolução nº 003/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 600/99 e 106/2000.

Levanta-se a sessão.